

VALÉRIA CONTRUCCI DE OLIVEIRA MAILER

**O ALEMÃO EM BLUMENAU: UMA QUESTÃO
DE IDENTIDADE E CIDADANIA**

Florianópolis, 2003

VALÉRIA CONTRUCCI DE OLIVEIRA MAILER

**O ALEMÃO EM BLUMENAU: UMA QUESTÃO
DE IDENTIDADE E CIDADANIA**

**Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Lingüística da
Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em Lingüística, na área de
Ensino/Aprendizagem de Segunda Língua e Língua Estrangeira.**

Orientador: Prof. Dr. Werner Heidermann

**Florianópolis
Universidade Federal de Santa Catarina
2003**

VALÉRIA CONTRUCCI DE OLIVEIRA MAILER

**O ALEMÃO EM BLUMENAU: UMA QUESTÃO
DE IDENTIDADE E CIDADANIA**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Werner Heidermann (UFSC – Orientador)

Prof. Dr. Cléo Vilson Altenhofen (UFRGS)

Prof. Dr. Philippe Humblé (UFSC)

PARA RENATO E CHRISTIAN

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Werner Heidermann, que me concedeu a autonomia necessária e oportunizou a concretização deste trabalho. Pela competência e profissionalismo e pelas sugestões e questionamentos de grande valor no desenvolvimento dessa dissertação.

Aos professores Fábio Lopes da Silva, Edair Görski pela competência e profissionalismo, sempre com sugestões de leitura valiosas para o trabalho.

Ao Prof. Gilvan Müller de Oliveira (UFSC/IPOL) que se interessou pelo trabalho e que o ajudou a desdobrar em múltiplos projetos, frente à Secretaria de Educação de Blumenau. Agradeço também as importantes sugestões de leitura para encaminhar o trabalho.

Aos meus pais, Euclides de Oliveira e Hilda Contrucci de Oliveira, pela compreensão e incentivo demonstrados ao longo do trabalho.

Aos meus sogros, Fritz e Rut Mailer, pelo apoio constante na estadia em Florianópolis.

À amiga Ana Cláudia de Souza, uma presença especial no curso de mestrado, por tantas vezes ter se tornado uma interlocutora crítica, pelo companheirismo nas dificuldades, e pela leitura e revisão do trabalho.

À amiga Heidi Berg, que se tornou minha parceira primeira nos projetos para o alemão em Blumenau e com sua dissertação de mestrado incentivou a minha.

Aos professores de alemão de Blumenau pelo profissionalismo, participação e diálogo constante.

À CAPES, pelo auxílio financeiro.

La storia dell'emigrazione, per essere compresa, ha bisogno di essere inquadrata in un orizzonte ampio e profondo. Occorre una lunga durata per comprendere quello che succede nelle regioni, nei Paesi e continenti; dietro le vicende, anche quelle minute, c'è sempre una struttura immobile che resiste da secoli. L'emigrazione investe sociologia, geografia, religione, politica, antropologia, capitalismo, socialismo, civiltà. È un pezzo di vita di cui la storia non può fare a meno (Villa, 1993: 7).

A história da imigração, por ser complexa, deve ser enquadrada em um horizonte amplo e profundo. Leva-se um longo tempo para compreender o que acontece nas regiões, nos países e continentes; atrás dos acontecimentos, mesmos os mais insignificantes, existe sempre uma estrutura imóvel que resiste por séculos. A imigração requer sociologia, geografia, religião, política, antropologia, capitalismo, socialismo, civilização. É um pedaço de vida que a história não pode desconsiderar (Villa, 1993:7).

SUMÁRIO

Introdução.....	8
1. A Língua Alemã em Blumenau.....	12
1.1. Contextualização sócio-histórica.....	12
1.2. Historicamente.....	21
1.3. Atualmente.....	28
1.4. Uma Questão de Identidade ou Folclore?.....	31
2. A Língua Alemã no Sistema Educacional da Cidade de Blumenau.....	36
2.1. Escolas Particulares e Públicas.....	37
2.1.1. Historicamente.....	37
2.1.2. Atualmente.....	44
2.2. Responsabilidade Cultural e Lingüística ou Obrigação Administrativa?.....	48
3. Por uma Política Lingüística de Valorização do Alemão e da Identidade dos Teuto-brasileiros em Blumenau.....	55
3.1. Panorama da Legislação.....	60
3.2. O Projeto de Política Lingüística do Município de Blumenau.....	63
3.3. A Identidade dos Cidadãos Descendentes de Alemães em Blumenau.....	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	82
ANEXO A – Lista de nomes alemães alterados para o português na Campanha de Nacionalização.....	87
ANEXO B – Entrevistas com pastores da igreja evangélica luterana em Blumenau.....	89
ANEXO C – Cartaz do seminário <i>Silenciamento Lingüístico</i> – 65 Anos de Repressão à Língua Alemã no Sul do Brasil.....	95

RESUMO

Este estudo investiga a relação entre a língua alemã e a identidade de cidadãos teuto-brasileiros na cidade de Blumenau, Santa Catarina. Parte-se da consideração de fatores históricos relativos à imigração alemã no sul do Brasil. Em seguida, aborda-se a construção da realidade teuto-brasileira pautada na língua alemã antes e depois do processo de silenciamento lingüístico do governo Vargas e a problemática resultante dessas ações. O próximo passo diz respeito à análise da situação da língua alemã no contexto escolar da cidade e de questões atuais de ensino de língua alemã na rede pública. Para tanto, problematizam-se o papel da educação formal na vida desses indivíduos e também o papel das línguas – português, alemão, inglês – no currículo escolar. O trabalho em questão permitiu constatar que as cidades do Vale do Itajaí, entre elas, Blumenau, necessitam de Políticas Lingüísticas que levem a discussão do *status* da língua alemã na comunidade e seu ensino na rede pública. Atreladas às discussões e às análises sociolingüísticas da situação estão decisões e ações do poder público relativas às políticas públicas educacionais, no sentido de assegurar a todos os brasileiros direitos plenos de cidadão.

Palavras-chave: 1. Língua alemã – Brasil – Santa Catarina. 2. Identidade lingüístico-cultural. 3. Escolas teuto-brasileiras. 4. Política Lingüística.

INTRODUÇÃO

Blumenau é uma cidade que se formou com as políticas imigratórias do século XIX. Imigrantes alemães e seus descendentes foram os protagonistas de uma história que teria muitos capítulos. Os diferentes dialetos alemães falados por esses indivíduos não os impediram de permanecerem unidos e constituírem comunidades marcadas por língua e manifestações culturais próprias.

Este trabalho tem por objetivo problematizar questões de identidade e cidadania frente às ações anti-democráticas do Estado Novo, fazendo uma revisão histórica desse processo, descrevendo a cultura teuta, relacionando a importância da língua para a comunidade de imigrantes e seus descendentes e, por fim, propondo as bases para a formulação de uma Política Lingüística que discuta a situação dos teuto-brasileiros quanto ao uso da língua alemã.

A língua alemã foi estruturante para o município até 1939. Em 1940, segundo dados do censo demográfico do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -, falavam alemão no lar 18.005 pessoas de um total de 18.506 habitantes do município, ou seja, 97,3% dos cidadãos.

Contudo, hoje, a língua aparece muito pouco no contexto social, restringindo-se a nomes de restaurantes, lojas, ruas, escolas somente. Não há nenhum periódico em língua alemã e nem mesmo qualquer programa de televisão, que seja veiculado nessa língua. Há somente uma emissora de rádio que transmite uma programação musical com repertório alemão. A zona urbana, entretanto, está impregnada da cultura alemã, seja nos valores e comportamentos, no modo de vida das pessoas, ou mesmo nos hábitos e costumes, como a gastronomia, a arquitetura, os clubes de caça e tiro, as escolas particulares ligadas às igrejas católica ou evangélica, vários clubes e associações esportivas e recreativas que desenvolvem atividades de cultura germânica, como corais, dança, e mais recentemente, as chamadas “tradições inventadas,” como os grupos de dança folclórica e a *Oktoberfest*. Enfim, a língua alemã, na qual os imigrantes expressaram as manifestações culturais, hoje está, até certo ponto, excluída do contexto local.

Embora, Blumenau e o Vale do Itajaí, pelas suas histórias, tenham sido monolíngües

em alemão, nas primeiras décadas da sua colonização, essas cidades foram, na maior parte do tempo, bilíngües. As línguas alemã e portuguesa apareciam como parte integrante da vida desses cidadãos, embora tivessem funções diferentes na comunidade.

Contudo, o que se observa hoje, na zona urbana, é o desaparecimento do bilingüismo para o retorno do monolingüismo, mas dessa feita em português, no que pode ser considerado um desperdício do Patrimônio Lingüístico da região.

Para este fato contribuiu a dura repressão à língua alemã no período ditatorial do Estado Novo (1937-1945), conhecido como Campanha de Nacionalização, em que se proibiu o uso da língua em público e no lar, impondo aos cidadãos de origem teuta um silenciamento de sua língua materna.

Ao fechar escolas, jornais, editoras, gráficas e instituições culturais que se expressavam na língua alemã, a repressão seria responsável também pela ruralização da língua, obrigada que foi a abandonar a visibilidade do centro urbano, e cada vez mais oral, com a proibição da forma escrita. Passou a ser, a partir de certo ponto, o que Kloss (1973:378 apud Altenhofen, 1996) chamou de “dachlose Mundart”, um Dialeto Sem-Teto, isto é, sem a proteção da língua padrão e escrita e à deriva em relação à variedade de referência. Até 1940, a língua alemã era língua majoritária, língua de instrução e língua de produção intelectual no município, deixando como herança uma rica literatura teuto-brasileira (novela, romance, poesia, teatro) e importante produção científica, musical e historiográfica.

As escolas comunitárias, ou o que ficou conhecido como o Sistema Teuto-brasileiro de Ensino, que em 1937 eram 173, desestruturaram-se com o fechamento, causando uma lacuna na educação de crianças teuto-brasileiras, por não haver escolas públicas em número suficiente. A educação formal seria um instrumento valioso no processo de assimilação dos teuto-brasileiros. Valendo-se dela, o governador Vidal Ramos, instaurou a primeira campanha de nacionalização do ensino, seguindo concepções nacionalistas, que não levavam em conta a diversidade lingüístico-cultural, resultante das políticas imigratórias. Esta diversidade transformar-se-ia, com o passar do tempo, em ameaça à integridade nacional ao se associarem cidadãos de origem teuta aos nazistas, evocando uma simbologia criada por Sylvio Romero¹ no início do século, que ele denominara de “perigo alemão”, ou seja, a separação dos três estados do sul com apoio da Alemanha.

¹ Sylvio Romero, intelectual comprometido com o nacionalismo, defendia que a concentração cada vez maior da imigração alemã no Sul do país representava um “perigo” para a formação da nação brasileira e vislumbrava aí a intenção da Alemanha reclamar e anexar este território (Magalhães, 1993:67).

A língua alemã voltou a fazer parte do currículo das escolas públicas municipais e estaduais no estado de Santa Catarina, cerca de 45 anos após a sua proibição. No entanto, as conseqüências da frente nacionalizadora do Estado Novo continuam a influenciar as relações dos teuto-brasileiros no que se refere à língua alemã. Por esta razão, o ensino de alemão nas escolas públicas de Blumenau necessita de Políticas Lingüísticas que tratem de questões sócio-históricas, culturais/identitárias/ideológicas que dizem respeito à especificidade do município. São questões como preconceito lingüístico, diversidade cultural e bilingüismo que devem ser levadas em conta na metodologia adotada para o ensino de alemão na rede pública.

Conseqüências da proibição do alemão e do silenciamento imposto aos teuto-brasileiros, bem como o prestígio da língua na sociedade local pode-se observar hoje no discurso dos teuto-brasileiros. Ora se envergonham de dizer que sabem alemão, deixando implícito que conhecem uma outra língua completamente diversa da língua de seus antepassados, emigrados de várias regiões da Alemanha ainda não unificada na segunda metade do século XIX, principalmente Hannover, Braunschweig, Oldenburg, Prússia e Suíça. Ora se dizem “alemães” ressaltando o orgulho da origem.

Para explicar muitas dessas questões recorre-se à história e à antropologia, visto que a imigração alemã caracterizou-se pela etnicidade e, por este motivo, pode-se afirmar que perpassa o viés da identidade, ou seja, constitui-se por contraste daquilo que estabelece uma relação de pertença a um determinado grupo e exclui outro.

A partir dessa problemática, traça-se uma linha de organização do trabalho que começa abordando a influência cultural teuta, historicamente e nos dias atuais, relacionando-a com a questão da identidade destes cidadãos e com o uso de valores da Germanidade (*Deutschtum*) para fins econômicos e comerciais. Em seguida, neste mesmo capítulo, desenvolve-se a concepção de língua alemã como um dos valores mais importantes de etnicidade, também numa visão histórica até hoje, e como elemento constituinte da identidade desses indivíduos. Que conseqüência teria o silenciamento do alemão, imposto pela era Vargas?

No segundo capítulo contextualiza-se a língua alemã no sistema de ensino de Blumenau. Que importância tiveram as escolas comunitárias na educação local? Em todas elas o ensino era ministrado em alemão e o português era ensinado em algumas delas como língua estrangeira, através de métodos e gramáticas desenvolvidos pelos próprios imigrantes. Que problemas observam-se, ainda hoje, com a extinção dessas escolas?

No capítulo três, discutem-se todas essas questões num currículo, onde esteja inserida a língua alemã, uma nova metodologia para o ensino de alemão, a valorização do bilingüismo, uma reflexão sobre o *status* dessa língua na sociedade local. Essas ações dependem de vontade política e investimentos do governo municipal em projetos de Política Lingüística que reconheça a diversidade étnica e cultural que constitui este país e que assegure às minorias direitos lingüísticos de cidadãos brasileiros, como falar sua língua materna, praticar sua cultura e religião. A Declaração Universal dos Direitos Lingüísticos da Organização das Nações Unidas (Barcelona, 1996) prevê, como direito legítimo de um cidadão em qualquer país, o uso da sua língua materna nos diversos âmbitos em que vive, e também o aprendizado da língua oficial do país de que é cidadão. E finalmente, neste mesmo capítulo, problematizam-se questões de identidade lingüístico-cultural desses indivíduos. Para tanto, adota-se a noção de identidade como algo construído ou reconstruído ao longo da história e fortemente influenciada pelas relações sociais no dia a dia, segundo Rajagopalan (1998:42), e carrega consigo conceitos como pátria e nação, reivindicados com fervor. A identidade, nesse contexto, assume caráter performativo, para citar Bhabha, e “é através do hibridismo, da mestiçagem cultural que se pode articular a diferença social das minorias que emergem em momentos de transformação histórica” (Bhabha, 1994:2).

Nesta concepção abandona-se a noção de língua como simples instrumento de comunicação. Entende-se língua como uma ferramenta de valor político, seja de resistência, no caso das línguas minoritárias, como o alemão em Blumenau em um contexto brasileiro, ou de dominação. Por isso, além de ser importante diretamente para o indivíduo e de se relacionar com os direitos individuais de cidadãos, são também de comunidades lingüísticas, portanto, a existência e o ensino de línguas são um fenômeno coletivo e político.

1. A LÍNGUA ALEMÃ EM BLUMENAU

1.1. Contextualização sócio-histórica

Não é possível compreender a questão da identidade e juntamente da cidadania dos descendentes de alemães em Blumenau sem abordar o processo imigratório. O empreendimento de colonização administrado por Hermann Blumenau floresceu nas terras às margens do rio Itajaí Açu. Blumenau tinha por objetivo trazer imigrantes alemães para se fixarem em vazios demográficos no sistema de pequenas propriedades. Para a implantação da colônia contribuiu ainda o pensamento da elite brasileira, políticos e intelectuais ligados ao governo, e do próprio governo imperial que considerava os alemães imigrantes ideais para miscigenar e “branquear a população brasileira”², além de respeitarem a lei, valorizarem a família e serem bons agricultores (Seyferth, 1994). Na Alemanha, ainda não unificada - a unificação só aconteceu em 1871 após a guerra com a França – a população sofria com os altos impostos e com a crise econômica, advinda do fim do sistema feudal e conseqüente diminuição das terras para agricultura, em virtude da Revolução Industrial. Os imigrantes em potencial eram agricultores, operários e jornaleiros (trabalhavam por jornada), com pouca ou nenhuma propriedade, pobres e endividados, que mal conseguiam sustentar suas famílias. Este foi o perfil da primeira “leva” de imigrantes que fundaram cidades como São Leopoldo – RS (1824) e São Pedro de Alcântara - SC (1829). Após o fracasso da revolução de 1848 na Alemanha, juntam-se ao grupo de imigrantes que deixaram sua terra por razões econômicas, os liberais, nacionalistas românticos ou socialistas (*1848er*) que foram exilados ou sofreram perseguições políticas. Este novo grupo de imigrantes distinguia-se do primeiro pelas atividades profissionais que exerciam: eram intelectuais, artesãos ou operários e estabeleceram-se, principalmente, na colônia Blumenau (1850) e Joinville (1851), considerados centros culturais e da intelectualidade, formadores de opinião da população de origem alemã na época.

Ao lado da questão da miscigenação, o Brasil tinha grande interesse em atrair trabalhadores livres e fez uma campanha de incentivo à imigração após a independência de

² Seyferth (1994) defende a idéia de que a política imigratória teve concepções racistas. Seu principal objetivo seria diminuir a população negra do país, no que ela denominou “ideologia do branqueamento” – o caldeamento/assimilação dos imigrantes com a população mestiça e negra -.

Portugal em 1822. Os trabalhadores nacionais eram considerados, pelo governo, ineficientes para o trabalho agrícola, o que resultou na sua exclusão nos projetos de assentamento no sul.

Com o intuito de atrair imigrantes, colonos agricultores e também soldados para uma possível guerra contra Portugal, o Brasil ofereceu vantagens³ (muitas delas ficaram só no papel).

Na Alemanha, por outro lado, a campanha era para desestimular a emigração, visto que o número de inscritos para emigrar aumentava a cada dia. Administradores e prefeitos da Comarca de Trier, vendo-se ameaçados com o fluxo crescente da emigração e diminuição da arrecadação de impostos, tentavam dissuadir os possíveis emigrantes da idéia de deixar o país, fazendo, mais tarde também com apoio da igreja, muitas vezes um retrato um tanto sarcástico do Brasil. Assim foi distribuído nas igrejas e afixado nas cidades da Prússia um memorando (1828) do administrador de Prüm, Georg BÄRSCH:

O que os emigrantes podem esperar(...). Rio de Janeiro é uma cidade grande, que em 1821 contava com aproximadamente 135.000 habitantes, entre os quais 105.000 negros e 4.000 estrangeiros. Esta cidade, que é residência do imperador do Brasil, apresenta um quadro da maior sujeira. Pântanos infestam o ar. Abutres pegam o lixo das ruas, que pululam de cachorros e ratos. Os habitantes não conseguem se livrar de pulgas, mosquitos e escorpiões. ... Assim foi, entre outras, no ano de 1570, fundada a cidade de São Paulo por criminosos (...). Os índios vivem, em parte, ainda como selvagens; os mais selvagens são os botocudos, que são canibais e habitam as matas cerradas entre o Espírito Santo e Minas Gerais. A classe trabalhadora, na verdade, são os negros. Aproximadamente de 16.000 a 20.000 são trazidos anualmente da África para o Brasil⁴ (Götttert, 1999 : 9).

Por essa citação depreende-se a visão da elite alemã acerca do país de destino da emigração, ou seja, o Brasil. O Nacionalismo Alemão, como modelo político, tinha forte influência nessa concepção. Para os nacionalistas, era preciso constituir a grande nação alemã, com o que ela teria de peculiaridades de seu povo, sua cultura e sua língua. Esta consciência nacional foi exacerbada por alguns segmentos políticos e acabou por conduzir à pretensa pureza e superioridade da raça ariana. Dessa forma, um dos fatores para a dissuasão da emigração para o Brasil era o fato de haver no Rio de Janeiro uma maioria de negros como habitantes, nivelados com a sujeira e com animais como ratos, abutres e insetos como pulgas,

³ **Algumas das vantagens oferecidas aos colonos:** 160.000 braças – cada braça=1,8m - de terra (= 200 jugadas) para cada família com 2 ou 3 filhos, numa das colônias ao sul do Brasil, ou uma área maior conforme o número de filhos; uma casa correspondente ao tamanho da propriedade agrícola.; animais e ferramentas necessários; sementes; gêneros alimentícios por dezoito meses em quantidade suficiente; abrigo para as famílias em alojamentos durante as construções das casas; isenção de impostos como também de obrigações civis e militares por oito anos; cada colono recebe a partir do momento do embarque para o Brasil a nacionalidade brasileira.

⁴ Tradução minha.

mosquitos, além dos escorpiões. São citados ainda criminosos e índios que, ao lado dos negros, constituíam os habitantes do Brasil, raças inferiores, portanto, que necessitariam, de certa forma, ser “civilizadas”. Era essa, a propósito, a concepção que pautou as políticas de colonização européia de países como Portugal, Espanha, França e Inglaterra, na África, América Latina e Ásia: o racismo, surgido no século XVI para justificar a política de colonização. A visão etnocentrista de povos civilizados, e, portanto, superiores, e povos não-civilizados, inferiores, também vigorava na Alemanha, apesar da tardia unificação e da impossibilidade de se ter lançado à colonização. Os negros e índios eram considerados raças inferiores e primitivas, por não preservarem sua cultura ou praticarem uma cultura não tão desenvolvida quanto a européia, e se assimilarem rapidamente. Este fato pode ser constatado em um artigo do jornal *Der Urwaldsbote* que defendia além da manutenção da língua e da cultura, a não assimilação:

(...) os negros, como o conjunto de todas as raças ou nações de baixo nível, adotam línguas e hábitos estranhos com mais facilidade do que as nações mais adiantadas, quando necessário. (...) Os negros da América do Norte e do Sul, em curto período, adotaram a língua inglesa, portuguesa ou espanhola e esqueceram seu idioma pátrio. Em seu caráter, contudo, permaneceram os mesmos, tal como seus antepassados na África. ... os negros legam vestígios claros, e os povos que não os desprezaram e com eles se misturaram levam consigo a sobrecarga indelével do caráter do *Mullatentum* (mulatice) (do artigo “Noch einmal das alte Lied”, *Der Urwaldsbote*, ano 15, no. 57, de 15 de janeiro de 1908).

A concepção do negro e do índio como raças inferiores serviu não só para desestimular a emigração para o Brasil, mas também para defender a endogamia e a não miscigenação, aos olhos dos imigrantes já no Brasil, em contraposição à idéia de branqueamento da população brasileira, que era o objetivo da política imigratória. No Brasil, sob influência da colonização portuguesa, valia também essa concepção racista de inferioridade do negro e do índio como raças. Daí surgirem os projetos de imigração, voltados para populações brancas. A eugenia, portanto, influenciava tanto os brasileiros quanto os imigrantes.

O racismo foi usado não só para justificar o domínio de uns povos sobre outros, como no caso da colonização; mas também para incentivar a imigração, no caso das políticas imigratórias do Brasil ou dissuadir a emigração, no caso da Alemanha. Mais tarde, no Estado Novo, seria usado também para respaldar a repressão, imputando aos brasileiros de origem alemã, italiana, japonesa e de outras etnias, atitudes racistas, ao estabelecerem entre eles relações com o nazi-facismo.

É preciso relativizar a questão do racismo à medida que não só alemães, italianos e japoneses eram influenciados por essa ideologia, mas também portugueses, espanhóis, franceses, ou seja, todo o continente europeu. E o Brasil não era diferente, como se tentou afirmar durante muito tempo. Aqui também a ideologia racista influenciou várias decisões governamentais, como as políticas imigratórias e a repressão aos descendentes de imigrantes.

Após denúncias do regime de colonato em São Paulo, o decreto de Heydt (1858) proibiu a emigração para o Brasil de prussianos. Mais tarde o decreto foi revogado para os três estados do sul, em vista do sucesso de algumas colônias, entre elas, Blumenau.

Desde a vinda dos primeiros imigrantes alemães em 1824 – fundação da cidade de São Leopoldo/RS – até 1940 tinham entrado no Brasil cerca de 250.000 imigrantes alemães (Born, 1995:134):

Italianos	1.513.151	Russos	123.724
Portugueses	1.462.117	Austríacos	94.453
Espanhóis	598.802	Sírios e Libaneses	79.509
Alemães	253.846	Poloneses	50.010
Japoneses	188.602	Outros	349.354

A imigração alemã ficou atrás apenas da italiana, portuguesa e espanhola. No entanto, é impossível precisar os números de alemães que realmente permaneceram no país, já que muitos reemigraram para outros países da América do Sul.

Autores como Seyferth (1994) afirmam ser o isolamento das colônias, fruto do próprio processo de colonização, motivo para a dificuldade de assimilação e a manutenção dos costumes e valores trazidos da Alemanha, desenvolvendo um sentimento de pertença étnica mantido principalmente pela língua.

Barth se contrapõe a esta visão classificando-a de “simplista”. Em seu ensaio “Grupos Étnicos e suas Fronteiras” (1969), ele aponta para o fato de que valores de etnicidade são mantidos mesmo quando há interações interétnicas, ou melhor, é no contato social de várias etnias que se constituem as fronteiras étnicas, estabelecendo processos sociais de exclusão e

incorporação. Dessa forma as “diferenças culturais podem permanecer apesar do contato interétnico e da interdependência de grupos” (Barth, 1969:188).

O isolamento geográfico e social não assume, dessa maneira, nenhum papel na manutenção dos valores de etnicidade. Pelo contrário, é justamente nas relações sociais que estes valores são marcados mais contundentemente, definindo a identidade do grupo e atuando para unir seus componentes como para excluir os demais. A etnicidade, nessa concepção, assume na complexidade das relações sociais, papel fundamental na constituição de identidades. Ao demarcar suas fronteiras socialmente, automaticamente define-se quem faz parte do grupo e quem está excluído dele.

Esse caráter mais dinâmico que estático da etnicidade imprime ao grupo uma forma de organização social, que pode variar de acordo com a situação e a época, ou seja, um modo de organização das relações sociais, no qual seu conteúdo, tanto quanto sua significação, são suscetíveis de transformações e de redefinições.

Encarada nessa perspectiva, a etnicidade não é um conjunto intemporal, imutável de “traços culturais” (crenças, valores, símbolos, ritos, regras de conduta, língua, código de polidez, práticas de vestuário ou culinárias etc.), transmitidos da mesma forma de geração para geração na história do grupo; ela provoca ações e reações entre este grupo e os outros em uma organização social que não cessa de evoluir (1998:11, prefácio de Teorias da Etnicidade).

E foi exatamente dessa forma que se deu a formação da sociedade em Blumenau. Em contato com brasileiros de outras etnias, os teuto-brasileiros se identificavam pela cultura, língua e origem comuns que os constituía como grupo étnico. A afirmação dessa diferença e a sua persistência, defendendo a endogamia e a superioridade cultural, acabavam por segregar as outras etnias e foi causa dos conflitos que seriam vivenciados no futuro.

A língua alemã e a fé protestante num país primordialmente católico, instituições que representavam a Alemanha na busca da unificação eram elementos de uma diversidade étnica e cultural, que faziam do teuto-brasileiro um estrangeiro aos olhos dos luso-brasileiros.

“Estrangeiros” e “alienígenas”: seria assim que eles passariam a ser reconhecidos na sociedade brasileira, pela imprensa local, nas obras dos militares responsáveis pela campanha de nacionalização e até pelos governos federal e estadual, como se pode observar na citação de Lourival Câmara:

(...) os **alienígenas** (...) mostraram-se refratários à planificação social, à assimilação, à “transformação, à mudança do heterogêneo para o homogêneo, do desigual para o igual” (...) (1940:33).

Os nacionais, há de dizer-se passageiramente, não nutriam pelos **estrangeiros** a mínima parcela de simpatia (...) (1940:34).

As instituições comunitárias surgiram, devido à deficiência dos projetos de colonização e à omissão do Estado brasileiro, que não garantiram ao colono direitos básicos de cidadão como educação, saúde e religião. Assim, foram criadas várias associações culturais e recreativas, sociedades assistenciais (religiosas ou leigas), escolas⁵ comunitárias ou ligadas a ordens religiosas católicas ou à igreja luterana (Seyferth, 1994).

A língua alemã foi majoritária no município de Blumenau até 1939, quando da campanha de nacionalização, ápice do movimento homogeneizante da elite brasileira que teve como seu principal defensor Sylvio Romero (1902 e 1906), na República Velha, e Oliveira Vianna⁶ (1934) no Estado Novo. Oliveira Vianna nutria simpatia pela imigração alemã e considerava parcela importante para formação da nação brasileira à medida que miscigenasse com a população mestiça do país, inferior, na sua concepção. Para Vianna, a superioridade étnica dos alemães era indiscutível e contrapunha-se às características dos mestiços, que ele considerava indolentes e arrogantes, dos negros, servis em demasia, e dos índios, incapazes de se adaptar à civilização. Contudo, faltava ao imigrante o sentimento de brasilidade, que só viria com a miscigenação. Dessa forma, dever-se-ia formar a nação brasileira.⁷

A diversidade étnica e cultural dos teuto-brasileiros, sempre vista como problemática pela opinião pública brasileira, assumiria no Governo de Getúlio Vargas caráter de segurança nacional. Do lado dos colonos havia publicações da época, todas em língua alemã, enfatizando o princípio de natureza étnica, realçando o *Deutschtum* (Germanidade). Alertavam para a manutenção da língua, dos costumes, das instituições étnicas. A Germanidade foi muitas vezes usada para divulgação da idéia de superioridade. Magalhães (1993) acentua a influência de instituições alemãs nas escolas e imprensa teuto-brasileiras, apontando para os efeitos dessas ideologias nas comunidades de origem alemã. Para a autora, a Liga Pangermânica (*Alldeutscher Verband*), instituição de cunho racista que pretendia

⁵ “Na segunda metade do século XIX a escola pública já era obrigatória em vários estados alemães; assim, foram comuns as petições de colonos exigindo do governo o ensino fundamental. Na ausência de escolas públicas, organizaram um sistema de escolas comunitárias, sem fins lucrativos, que, juntamente com as escolas particulares católicas e evangélicas, ensinavam em alemão. Tornaram-se escolas étnicas na medida que os currículos enfatizavam a cultura e a história alemã e eram elaborados por associações escolares que recebiam orientação da Alemanha” (Seyferth, 1994:107).

⁶ Oliveira Vianna faz no artigo da Revista de Imigração e Colonização (1935), a caracterização antropológica dos imigrantes germânicos da seguinte forma “os afluxos alemães (...) são definidos: o nórdico, o alpino, o slavônico. (...)os elementos que aqui nos chegam são, na sua quase totalidade, do tipo nórdico, belos exemplares do grande dolococéfalo louro, divinizado por Lapouge e Woltmann.”

⁷ Mais sobre as idéias de Vianna, ver Magalhães, M. 1993.

congregar todos os alemães, inclusive no exterior (*Auslandsdeutsche*), teria influenciado a imprensa alemã durante a República Velha até a primeira guerra mundial. Em Blumenau, o periódico *Der Urwaldsbote* – O Correio da Selva – recebia apoio financeiro da Liga e divulgava suas idéias em todo o Vale do Itajaí. Na concepção de Magalhães, contudo, a influência mais sistemática dessa ideologia viria através da *Verein für das Deutschtum im Ausland* – Liga da Germanidade no Exterior – que, com

“auxílio às escolas particulares de língua alemã, preparava as crianças e os jovens para o pangermanismo do futuro. Financiava construções, doava equipamentos e livros didáticos e enviava professores formados na Alemanha para se integrarem no quadro docente. Sob o lema “*Gedenke, dass du ein Deutscher bist*” – “*Lembra-te que és um alemão*” – patrocinava ainda os estudos de alguns teuto-brasileiros no seu país” (Magalhães, 1993:132).

A partir dessas publicações, surgiram as preocupações brasileiras com os efeitos simbólicos do que Sylvio Romero, no início do século, convencionou chamar de “perigo alemão”, ou seja, a separação dos três estados do sul do Brasil com apoio da Alemanha (Romero, 1906 apud Magalhães, 1993).

Na verdade, os atritos entre luso- e teuto-brasileiros já vinham de longa data, numa disputa por território e hegemonia política. Com a declaração de guerra entre Brasil e Alemanha ocorreu uma intensa propaganda ideológica na imprensa catarinense e de lideranças políticas e intelectuais da época, que concebiam a diversidade étnica, cultural e lingüística dos teuto-brasileiros como “traição à pátria” e os consideravam “quinta coluna”, estabelecendo uma relação imediata entre eles e o partido nazista. No entanto, não há nenhuma comprovação da ligação de teuto-brasileiros e intenções separatistas apoiada pela Alemanha. Pelo contrário, em estudos recentes pode-se constatar que nas regiões de imigração alemã e italiana no Vale do Itajaí, em Santa Catarina, o partido de preferência dos ítalo- e teuto-brasileiros não era o NSDAP (*Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei* – Partido Nacional Socialista), mas sim o Partido Integralista. Um partido conservador e ultranacionalista brasileiro, fundado por Plínio Salgado com um crescimento tão espantoso na região, que, não fosse o golpe de novembro de 1937 dissolvendo os partidos políticos, elegeria com folga o próximo presidente da República nas eleições de janeiro de 1938. (Falcão, 2000)

O Partido Integralista divergia do Partido Nazista e, por essa razão, entraram muitas vezes em choque no que diz respeito à concepção de raça. Para os primeiros, era preciso considerar a formação da nação brasileira sob um enfoque pluriétnico com a “fusão” de todas

as raças que aqui vivem. Já para os segundos, a ênfase era dada justamente no contrário, na manutenção da raça pura ariana. Daí o lema da “Federação 25 de Julho” diante do crescimento do Integralismo em Santa Catarina: “Alemão do Brasil, acorda” (Kühne, 1943:134), chamando atenção para a proposta de “fusão de raças” defendida pelos integralistas.

Contudo, no imaginário teuto-brasileiro, a Nação Brasileira em formação deveria ser entendida como uma “associação de raças e não mescla ou fusão” (Falcão, 2000:154). A preocupação era manter uma identidade étnica e cultural em meio à heterogeneidade que constituía o Brasil e, dessa forma, contribuir para o crescimento do país. Esta concepção difere do nazismo à medida que não afirma a superioridade de uma raça sobre outra, mas também não cabe nas propostas de miscigenação do Partido Integralista, que viam no caboclo e no sertão a alma nacional brasileira, valores estranhos aos imigrantes e seus descendentes.

Então, por que os teuto-brasileiros apoiaram indubitavelmente o partido integralista brasileiro? O que lhes oferecia este partido, que os outros partidos haviam negligenciado?

O apoio maciço dos teuto-brasileiros ao Partido Integralista Brasileiro, inclusive elegendo prefeitos em Blumenau (Alberto Stein e José Ferreira da Silva), se deveu ao programa do partido, que não colocou objeção quanto à prática de seus costumes e tradições, bem como ao uso da língua, garantindo-lhes, assim, a inserção na sociedade brasileira com direitos de plena cidadania.

Neste contexto, delinea-se, na verdade, a base dos conflitos entre os chamados luso- e teuto-brasileiros: justamente as diferentes concepções de nacionalidade e cidadania. Para os primeiros a nacionalidade vinha do *jus soli*, do direito ao solo: bastava nascer no Brasil para ser cidadão brasileiro. Dessa forma, o nacionalismo brasileiro estava intimamente ligado ao compromisso com o Estado brasileiro. Mas, para os últimos, a relação entre nacionalidade e cidadania era independente. A nacionalidade era definida pelo *jus sanguinis*, ou direito de sangue ou de herança de pertencer a uma mesma raça, história, cultura e tradição marcadas principalmente pela língua. Mais do que a raça e os valores étnico-culturais, os teuto-brasileiros se identificavam pela língua, elemento essencial do *Deutschtum*. A cidadania, por outro lado, diferentemente do conceito abstrato de nação, baseava-se no fato concreto da terra, o território onde viviam e criavam seus filhos. Nesta visão, os dois conceitos – nacionalidade e cidadania – não são excludentes. Os imigrantes não estavam mais ligados ao Estado alemão; a pátria - *Vaterland* -, agora, era o Brasil, embora cultivassem valores da nação alemã -

Heimat - (Rambo, 1994). No imaginário teuto-brasileiro era perfeitamente possível ser cidadão brasileiro e ao mesmo tempo pertencer à nação alemã.

Além da diferente concepção de nacionalidade e cidadania, que conduzia à diversidade étnica, cultural e lingüística dos imigrantes alemães, contribuíam para acirrar o conflito entre luso- e teuto-brasileiros a influência da ideologia de superioridade, de um lado, e, de outro, o objetivo dos projetos imigratórios do Brasil: a utilização do caráter puramente biológico (raça) do imigrante alemão. Ambas as concepções pautavam-se pelo racismo: para o imigrante, o nacional (brasileiro, geralmente mestiço) era descaracterizado, visto como inferior, incapaz e, acima de tudo, alheio ao trabalho. O trabalho constituía um dos valores da Germanidade. Para a elite brasileira do século XIX até meados do XX, os alemães eram ideais para tornar a população brasileira menos negra.⁸

Junte-se a isso o fato de que muitos imigrantes demoraram a falar português e, segundo o modelo étnico cultural lusitano que queria se impor, não se poderia exercer a cidadania sem dominar o vernáculo. Em virtude disso, os alemães foram discriminados e muitas vezes tolhidos em seus direitos políticos por não falar a língua nacional. Exigia-se, portanto, do imigrante alemão e seus descendentes um abandono total e irrestrito dos valores que, para eles, constituíam sua identidade: a língua, a cultura, aos valores de etnicidade como prova de seu amor ao Brasil.

Conflitos de ordem subjetiva, silenciados, abafados neste processo ainda hoje afloram no discurso dos descendentes de imigrantes. É comum ouvi-los dizendo que se envergonham de falar alemão, alvo que foram de ridicularizações por falarem um português diferente, com acento germânico. Por outro lado ainda se acentua a descaracterização do nacional dizendo que não querem trabalhar e são preguiçosos (ideologia de superioridade). Os nacionais eram denominados “*Kabokler*”, uma germanização de “caboclo” proveniente do termo tupi *Kari`boka*, mestiços de índio com branco.

A escola que, desde o início da colonização, fez parte do cotidiano dos imigrantes e foi instrumento da Germanidade, bem como instrumento da política lingüística da repressão, não pode continuar desconsiderando questões ideológicas, frutos do próprio processo de imigração e das campanhas de nacionalização.

⁸ Estima-se, que em três séculos, foram trazidos cerca de 3,8 milhões de negros para o Brasil das mais diferentes tribos (Born, 1995:132).

Discutir, no Brasil, a diversidade étnica, cultural e lingüística de seus habitantes, bem como questões de preconceito e racismo tornam-se necessidade premente na rede de ensino pública. Não se pode mais permanecer no pensamento das primeiras décadas deste século: “uma língua, um povo, uma nação”, procurando homogeneizar todos a um só modelo sócio-cultural. Não é mais admissível que se ignore a constituição deste país por uma gama de povos, cada um com sua língua, valores e manifestações culturais. Afinal, a nação deve refletir e abrigar a realidade existente em seu território e jamais exigir que esta realidade se encaixe em um modelo de nação pré-estabelecido. Este é o primeiro passo para solucionar alguns dos conflitos sociais, históricos e culturais/ideológicos, que há séculos insistem em se repetir no país (Oliveira, 2000).

Não só os imigrantes e seus descendentes foram descaracterizados como cidadãos e não tiveram assegurados seus direitos lingüísticos e culturais. Outras etnias, que constituem este país, sofrem, ainda hoje, as conseqüências de uma política de homogeneização. Os negros e os índios, além de perderem direitos lingüísticos e culturais, foram espoliados também em seus direitos econômicos.

1.2. Historicamente

Neste tópico aborda-se, a partir de publicações da época, a questão da cultura teuta desde a imigração (1850) até a segunda campanha de nacionalização no Estado Novo. Pretende-se relacionar aqui a relevância da cultura para os imigrantes no cotidiano da comunidade.

A definição do conceito de *Kultur* sofreu algumas transformações com o passar do tempo. Etimologicamente a palavra vem do latim *cultura* que diz respeito não só à agricultura como também aos cuidados do corpo e da alma. Cultura, ainda segundo o dicionário *Duden – Deutsches Universal Wörterbuch* (1983:748), pode ser “o conjunto das realizações artísticas e filosóficas de uma comunidade como expressão de um desenvolvimento humano superior,” ou “conjunto característico formado das realizações filosóficas e artísticas de uma certa comunidade, em uma certa região criado durante uma certa época.”

Nas duas definições enfatizam-se as realizações artísticas e filosóficas como algo construído, criado e transmitido pelas gerações, algo sócio-histórico, portanto.

Já o conceito de *Zivilisation*, no mesmo dicionário, refere-se ao “conjunto aprimorado das condições sociais e materiais de existência através do desenvolvimento técnico e científico.” (p. 1479). Também no conceito de *Zivilisation* há a noção de produto histórico criado e desenvolvido pelo ser humano, mas com outro objetivo: adaptar-se e melhorar sua condição de existência.

Confrontam-se aqui os dois conceitos porque, como veremos a seguir, a *Kultur* assume para os alemães maior importância do que a *Zivilisation*. Desde o século XVII, discutiu-se o conceito de cultura na Alemanha, em virtude do país não ter alcançado sua unidade política e por este motivo não se ter lançado à colonização, como a Inglaterra e os países Ibéricos, buscando por muito mais tempo que os ingleses, portugueses ou espanhóis a definição de uma identidade nacional, cujo elo era principalmente a língua e a cultura.

Segundo Norbert Elias (1939), a Alemanha, ao contrário da França e Inglaterra, diferenciava *Kultur* de *Zivilisation*, na medida em que para os alemães a *Kultur* vinha em primeiro lugar, pois expressava o orgulho em suas próprias realizações e no próprio ser, referindo-se, portanto, a produtos de realizações humanas, seja na arte, na religião ou na filosofia. O conceito de *Zivilisation*, para ingleses e franceses, baseava-se em fatos políticos ou econômicos, religiosos ou técnicos, morais ou sociais. Além de se referir a realizações, o conceito de *Zivilisation* poderia referir-se também a “atitudes de comportamento de pessoas, pouco importando se realizaram ou não alguma coisa” (Norbert Elias, 1939: 24).

O conceito alemão de *Kultur* privilegiava as diferenças nacionais e a identidade particular de grupos. Era, dessa forma, um conceito excludente, fazia muito sentido para aquele que pertencia ao grupo, cuja história, tradição e valores refletiam-se nele, mas ao estranho, que não pertencia ao grupo e não vivenciava essas experiências comuns, pouco tinha a dizer e passava ao largo da situação.

É nesta concepção que se desenvolve em Blumenau toda manifestação cultural dos imigrantes vindos a partir de 1850. Unidos, principalmente pela língua, formavam-se associações recreativas e instituições comunitárias que expressavam suas realizações e valores e refletiam sua auto-imagem como membro da nação alemã, que buscava, acima de tudo, consolidar uma identidade nacional.

Dentre as manifestações culturais trazidas e cultivadas na colônia pelos imigrantes, estavam os clubes de Caça e Tiro, as sociedades de ginástica, sociedades de canto, sociedades de dança, conservatório de música e as *Musikkapellen* (bandas de música), vários corais, teatro, uma vasta literatura em língua alemã, as escolas comunitárias e sua associação de professores, várias publicações de jornais, almanaques e livros, todos em língua alemã, esportes como bolão e remo e jogos de cartas como *Skat*. As igrejas evangélica⁹ e católica também exerceram papel de destaque na vida da colônia, seja fundando e administrando escolas, seja na defesa dos valores da Germanidade, principalmente a língua.

Os jornais de maior circulação na cidade até 1939, eram o *Blumenauer Zeitung* – Gazeta Blumenauense – e *Der Urwaldsbote* – O Correio da Selva, ambos editados em língua alemã.

Blumenauer Zeitung foi criado em 1879 sem qualquer ajuda do governo, mediante compra de ações por alguns moradores da colônia. Somente em 1881 aparece o primeiro número, e a redação ficou a cargo de Hermann Baumgarten. Por ocasião da primeira guerra, passou a ser publicado em português – *Gazeta Blumenauense* -. Ao seu fim, voltou a ser publicado em alemão até a campanha de nacionalização do Governo Vargas que proibiu o uso de idioma estrangeiro no Brasil. Encerrou sua publicação em 1938 também em virtude da guerra, agora a segunda.

Der Urwaldsbote, sob a direção do Pastor Hermann Faulhaber, teve de início orientação exclusivamente religiosa como porta-voz dos interesses das Comunidades Evangélicas do Município e das escolas que as mesmas controlavam. O primeiro número surgiu em 1893. Em 1898, o Pastor Faulhaber deixou a redação do jornal que fundara, e Eugen Fouquet, bacharel em direito e jornalista, assumiu a redação dando ênfase à campanha política municipal. Fouquet foi o organizador do *Volksverein*, instituição que, transformada em partido político, exigia a participação dos imigrantes e seus descendentes na vida pública nacional. Era também um defensor ferrenho do *Deutschtum* seguindo orientação pangermanista e contra a assimilação. Por essas idéias, Fouquet era combatido pela maioria dos jornais em língua portuguesa.

⁹ Entende-se aqui por igreja evangélica, aquela fundada por Lutero na Alemanha por ocasião da Reforma Protestante (1517). No Brasil ela recebe o nome de Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, cerca de 98% dos imigrantes que chegaram em Blumenau eram luteranos.

Na primeira guerra mundial, *Der Urwaldsbote* passou a ser publicado em língua portuguesa com o título *Commercio de Blumenau*. Finda a guerra, volta a ser publicado em alemão, encerrando suas atividades em 1941 em virtude da proibição de publicação de periódicos em língua estrangeira.

Os Almanques também fizeram parte da vida da colônia. Entre eles, cito os mais importantes: *Blumenauer Volkskalender* – Almanaque Popular Blumenauense -, que apareceu durante cinco anos consecutivos de 1933 a 1937 e era totalmente isento de concepções político-partidárias, trazendo orientações aos colonos para a agricultura e pecuária e ainda curiosidades. Antes desse, apareceram dois outros almanques com uma única edição: *Der Urwaldsbote Kalender* (1900) e o *Blumenau Illustrierte Familien-Kalender* (1914).

Além dessas publicações, circularam na cidade, em língua alemã, vários jornais das mais diferentes orientações, desde folhetos religiosos, jornais carnavalescos, com críticas políticas e sociais, sempre com sarcasmo e ironia (*Die Mistgabel* - A Forquilha de Esterco -/
Die Schnauze - O Boca Grande -), de agremiações esportivas, de informações aos colonos, de estudantes.

Entre os periódicos de maior relevância para o município de Blumenau, destaca-se o jornal da Associação de Professores e Sociedades Escolares de Blumenau – *Mitteilungen des Deutschen Schulvereins für Santa Catarina*, impresso nas oficinas do *Der Urwaldsbote*. Tinha por objetivo aperfeiçoar o professorado, proporcionar facilidades a alunos e professores para aquisição de material didático, defender os direitos dos professores, e prestar ajuda aos necessitados de tratamento médico e outros, através de uma caixa de auxílio, e apoiar as comunidades escolares nos vários distritos e linhas coloniais.

O jornal trazia sempre matéria de grande interesse para a classe bastante numerosa dos professores particulares e ela filiados, e, além de dar conhecimento dos dispositivos legais e determinações das inspetorias estaduais de ensino, explicando-os, inseria sempre artigos sobre os melhores métodos de ensino com orientações pedagógicas (Ferreira da Silva, 1977: 48).

O jornal *Mitteilungen* apareceu de 1909 a 1917 e trazia ainda dados estatísticos de matrículas e aproveitamento dos alunos, bem como número de professores e de Comunidades Escolares existentes no Vale do Itajaí.

Além da atuante imprensa em língua alemã, a produção literária teuta tinha também papel de destaque na antiga colônia e contava com escritores como Rudolf Damm, Theodor Kleine, Victor Schleiff, Gertrud Gross-Hering, Anni Brunner e outros. Rudolf Damm estudou

Filologia em Munique, Alemanha. Sem concluir seus estudos, emigrou em 1888 para o Brasil. Depois de morar em Florianópolis e Joinville, mudou-se para Blumenau onde faleceu em 1915, como serventário da Justiça e professor. Além de escrever vários poemas, ainda traduziu para o alemão os romances *Inocência* de Taunay; *Ubirajara*, *Iracema* e muitos outros da obra de José de Alencar; *O Rebelde* de Inglês de Souza, publicando-os em folhetins ou rodapés do *Blumenauer Zeitung*. Na poesia traduziu Castro Alves, Olavo Bilac, Casimiro de Abreu, Fagundes Varela, Guerra Junqueira e Gonçalves Dias. Paralelamente escreveu uma gramática para o ensino de português na Colônia: *Lehrbuch der Portugiesischen Sprache - Manual da Língua Portuguesa -*, publicado em 1901 na tipografia de H. Baumgarten e foi professor na *Neue Schule* e no Grupo Escolar Luís Delfino.

Escritores como Rudolf Damm representam perfeitamente a dualidade do imigrante. Do nacionalismo alemão expresso pelos românticos, como Fichte e Arndt, eles se transportaram para o nacionalismo brasileiro, também expresso pelos escritores românticos como os citados acima. Pode-se dizer que houve uma identificação do imigrante com o nacionalismo brasileiro, dando continuidade, agora na nova pátria, ao sentimento vivenciado na Alemanha. As traduções serviam também para que os imigrantes tomassem conhecimento da nova pátria, que, com suas peculiaridades, se apresentava bastante estranha aos seus olhos.

Gertrud Gross-Hering, romancista, publicou mais de dez romances, entre eles: *Durch Irrtum zur Wahrheit*, *Frauenschicksale*, *Aus Kindern werden Leute* (1934), *...Wenn der Wind darüber geht...* *Roman einer Blumenauer Familie* (1957), *Der Weg der Frau Agnes Bach* (1954); Anni Brunner fundou uma editora, a *Kristallverlag*, e publicou diversos romances e uma revista: *Deutsch-brasilianische Jugend-Zeitung*.

Dentre outros autores temos Fritz Müller, pesquisador e naturalista, amigo de Darwin. Fez várias observações nas áreas de botânica e zoologia, mas escreveu somente um único livro, no qual corroborou as idéias de Darwin sobre a evolução das espécies: *Für Darwin - Para Darwin -*. Fritz Müller era considerado por seus colegas professores e alunos da escola onde lecionava Matemática e Ciências Naturais em Desterro, hoje Florianópolis, um pedagogo extraordinariamente competente. Para o ensino da Matemática criou material didático para ilustração das operações básicas e para suas filhas escreveu, segundo o modelo de Figuras e Rimas para Crianças – *Bilder und Reime für Kinder* – de Wilhelm Hey, um livro em alemão, adaptado ao meio-ambiente brasileiro, com poemas descritivos/educativos.

O Pastor Hermann Faulhaber que escreveu além de poemas sobre o Brasil *Leitfaden für den Unterricht in der Geschichte von Brasilien* – Manual para aula de História do Brasil -; o professor G. Büchler escreveu, seguindo os passos de seu predecessor R. Damm, *Portugiesisches Sprachbuch für Kolonieschulen* – Curso de Português para Escolas de Colônia - destinado ao ensino de português para imigrantes alemães, publicado em 1914 e reeditado em 1924, pela tipografia de G. A. Koehler. Além da gramática, Büchler publicou ainda *Aritmética Elementar*, em três livros; *O Melhor Método de Desenvolver o Ensino Primário no Brasil* (1923); *Guia de Conjugação* (1924), *Conjugação em Português* (1935 tipografia G.A. Koehler), entre outros.

Há ainda outros autores, como o também professor da Escola Nova Carl Jürgens, autor de *Bilder aus dem Naturleben* – Imagens da Natureza - de 1906; Paul Aldinger, autor de vários artigos para jornais e almanaques sobre os colonos e a colônia e ainda o livro *Deutsche Mitarbeit in Brasilien* – Colaboração alemã no Brasil -; José Deeke, que publicou, além de contos, descrições, paisagens no *Kalender für die Deutschen in Brasilien* da tipografia Rotermund em São Leopoldo, a história de Blumenau em três tomos: *Das Munizip Blumenau und seine Entwicklungsgeschichte* em 1917; o Pastor Gustav Stutzer (1875-1931), que escreveu: *Blumenau e o Sul do Brasil como meta da Colonização Alemã*, *Das Itajahital und das Munizipium Blumenau in Südbrasilien* (1891) - O Vale do Itajaí e o Município de Blumenau no Sul do Brasil - , *Der Deutsche Einwanderer in Südbrasilien* - O Imigrante alemão no Sul do Brasil, *In Deutschland und Brasilien* (1930) - Na Alemanha e no Brasil e *Meine Therese* - Minha Teresa - (1929), entre outros. Rudolf Hollenweger, professor de escola comunitária, também colaborou com os jornais de Blumenau e publicou em 1930, com a colaboração do Frei Stanislau Schaette, um manual para as escolas particulares e públicas de Blumenau, no qual registra passagens importantes sobre a história de Blumenau.

A intensa vida cultural na antiga colônia de Blumenau se espelhou nos modelos do nacionalismo alemão do século XIX. Em consequência disso, surgiram muitos grupos e associações que refletiam a Germanidade. Sob essa perspectiva, o “nacional está acima do social, a nação é representada por um indivíduo coletivo”, (Dumont, 1970b: 34-35 apud Seyferth, 1981). O político e o social ficam em segundo plano, e o sentimento coletivo de nação e povo, identificados em cada indivíduo pela cultura, língua e origem comum, é evidenciado. Papel importante teve a igreja protestante como grande incentivadora e defensora do *Deutschtum*. Essa ideologia perpassava os planos religiosos e era divulgada nas

escolas evangélicas, principalmente naquelas que recebiam subvenção da igreja na Alemanha. A igreja católica participou desse processo em menor escala, já que a grande maioria dos imigrantes era protestante.

Duas concepções de nacionalismo – alemão e brasileiro – entrariam em choque com a eclosão das duas guerras mundiais. Há algum tempo já se observava o atrito entre a comunidade de imigrantes e os luso-brasileiros. A principal razão era o fato dos imigrantes formarem um grupo unido por língua e realizações culturais, o que acabava por segregar os luso-brasileiros. Foi a partir disso que se iniciaram as campanhas de nacionalização visando à assimilação do imigrante e seus descendentes.

A mais dura campanha de nacionalização do Estado Brasileiro foi a de 1939, sob o governo de Getúlio Vargas. Temendo uma intervenção da Alemanha no sul do Brasil, com apoio dos teuto-brasileiros, todas as publicações em língua estrangeira foram proibidas e as escolas comunitárias alemãs foram fechadas. Proibiram-se nomes “estrangeiros” nas escolas, estabelecimentos comerciais e placas.

Incentivada pela imprensa catarinense, que apoiou as medidas do governo, a população nacional tratou os teuto-brasileiros como inimigos, em virtude de o Brasil se colocar do lado dos aliados na guerra. Muita represália sofreu o colono imigrante ou seu descendente pelo simples fato de ser de origem alemã. É comum ouvir histórias em Blumenau de prisões arbitrárias ou atos de torturas contra os imigrantes. Mas o mais significativo por essa ocasião foi o silenciamento de toda a comunidade com a proibição da língua.

A língua, como também no nacionalismo da Alemanha, era o instrumento mais importante para a unificação da comunidade e expressão de suas manifestações culturais e como um dos valores de etnicidade tinha que ser preservado.

Com a imposição do lusitanismo, toda diversidade étnica, lingüística e cultural que convivia no país foi desconsiderada e, algumas delas, vistas como ameaça ao Estado brasileiro. Suas práticas foram classificadas como alienígenas e alheias ao interesse nacional, segundo concepções do nacionalismo brasileiro.

Conseqüências da proibição do alemão como língua e a relevância deste elemento como valor cultural e identitário para o imigrante em Blumenau é o que pretendemos problematizar.

1.3. Atualmente

Passados cerca de sessenta anos do silenciamento a que foram submetidos os teuto-brasileiros, observa-se que muitos dos valores de etnicidade permanecem nos descendentes de imigrantes ainda hoje. Blumenau é marcada por grupos, associações, instituições, isto é, elementos que privilegiam o coletivo. O conceito de cultura para os alemães nacionalistas ainda vigora nos descendentes de imigrantes, acima de tudo o orgulho de suas realizações e de sua origem.

Apesar da campanha de nacionalização, que obrigou à mudança de vários nomes de ruas, estabelecimentos comerciais, escolas, bairros, associações comunitárias, como os Clubes de Caça e Tiro, Clubes Recreativos e até mesmo hospitais, a cidade ainda tem um grande número de ruas com nomes de teuto-brasileiros e alguns estabelecimentos comerciais criados mais recentemente, fazem questão de utilizar nomes de origem teuta, para buscar uma identificação com a Alemanha, como Restaurante *Bierkrug*, Cervejaria *Eisenbahn*, Cervejaria *Frühstück*, Restaurante *Gutes Essen*; outras mais antigas conservaram o nome de origem como Restaurante *Frohsinn*, Casa *Moelmann*, *Kaffeehaus* Glória, Padaria *Bekendorf*, Gráfica *Baumgarten*, Casa *Husadel*, Ótica *Schwabe*, Casa *Kieckbusch*, Casa *Flesch* e as indústrias da cidade, como Companhia *Hering*, Tecelagem *Kühnrich*, Companhia *Karsten*, *Cremer*, Cristais *Hering*, Cristais *Strauss*, Companhia *Hemmer*, *Lorenz e Cia*, *Walter Schmidt S.A.*, Móveis *Rossmark*, *Breitkopf* Comércio de Veículos; bem como escolas que carregam nomes de teuto-brasileiros como *Rudolf Hollenweger*, *Fernando Ostermann*, *Hella Altemburg*, *Alberto Stein*, *Oscar Unbehaun*, *Felipe Schmidt*, *Adelaide Starke*, *Friedrich Kimmelmeier*, *Wilhelm Theodor Schürmann*, *Olga Rutzen*, *Pastor Faulhaber*, *Lauro Müller*, *Alice Thiele*, *Annemarie Techentin*, *Norma Huber* e outras.

Em relação à língua, observa-se que ficou restrita ao convívio familiar e preponderantemente no meio rural, sempre na oralidade. Nem mesmo as escolas privadas ligadas à igreja protestante possuem alemão em seu currículo, com exceção dos Jardins de Infância Princesa Isabel e Dona Teresa Cristina. O ICBA – Instituto Cultural Brasil Alemanha -, oferece curso de alemão como língua estrangeira. Cultos na igreja evangélica luterana ainda são ministrados em alemão, embora os cultos em português sejam maioria. A igreja imprime

Kalender em alemão e português. O jornalzinho da igreja – O Caminho/*Der Weg* - é publicado atualmente em português, com alguns artigos bilíngües.

A emissora de radio da igreja evangélica luterana (Rádio União) transmite alguns programas em alemão sob a coordenação de Fred Ulrich: de segunda a domingo, das 5 às 7h da manhã é transmitido o programa “Despertar com União”, que apresenta músicas de bandinhas alemãs; de segunda a sábado das 20 às 22h *Hallo Freunde* (músicas alemãs cantadas); aos domingos das 10 às 12h “Sucessos da Música Alemã” (*Hitparade*); e também no domingo das 12 às 13h30 “Almoçando na Alemanha” (música instrumental). Todo primeiro domingo por mês das 9 às 11h é apresentado um programa direto da Alemanha através do Channel D. Um domingo por mês é transmitido, pela Rádio União, o culto em alemão da igreja luterana, localizada no centro, às 7h45min.

A igreja evangélica luterana, ao contrário do que afirmam seus pastores em entrevistas concedidas nos dias vinte e seis e vinte e oito de junho e onze de agosto de 2002, anexas, ainda é a grande incentivadora da língua alemã em Blumenau. Agora não mais com a força de outrora e ainda buscando uma identidade autóctone, não se desvencilhou das seqüelas da repressão. Muitos preconceitos e ressentimentos se observam na fala dos luteranos em Blumenau. Ao mesmo tempo que querem ser independentes da Alemanha, classificam a língua alemã falada aqui como não sendo alemão. Ao compará-lo com o *Hochdeutsch*/alemão padrão e ao tentar reprimi-lo, acabam por atuar segundo concepções etnocentristas da Europa e do próprio lusitanismo, evidenciando preconceitos surgidos com a repressão. Por outro lado, ao afirmarem que não falam também português, referindo-se ao sotaque germânico das pessoas que falavam alemão como língua materna e aprenderam português na escola, demonstram uma evidente preconceito com o bilíngüe na sociedade local.

O alemão transformou-se em língua da oralidade, no município. Esta foi a forma de resistência encontrada pelos falantes do idioma para que ele não desaparecesse, também porque a oralidade é fluída e muito mais difícil de reprimir. Com exceção do jornal da igreja não há outro jornal que publique artigos em alemão atualmente. Há a coluna do jornalista Horácio Braun no “Jornal de Santa Catarina” que trata de termos do alemão falado em Blumenau, restringindo-se, contudo, mais a empréstimos lexicais do português.

A televisão local – TV Galega - não transmite nenhum programa em alemão, somente programas sobre a cultura alemã. É o caso de “Tradição Festiva”, apresentado por Ivo Volkmann aos domingos, às 1h30 da tarde, com reprise às terças, às 11h, e às sextas, às 10h

da manhã, que mostra as festividades dos Clubes de Caça e Tiro, Grupos Folclóricos, as festas de outubro de origem alemã etc. Há outros programas de entrevistas e cultura que eventualmente podem trazer pessoas e programas relacionados à cultura alemã, como por exemplo “Cultura em Debate” apresentado por Ivo Hadlich, ex-vereador local, “Mesa de Bar”, entrevista moderada por Altair Carlos Pimpão e “Câmera Sete”, de Suely Bonatti sobre turismo.

O que nos revelam esses dados é que a cultura aparece sem a língua. Apesar dos Clubes de Caça e Tiro e outras associações culturais terem sido fechadas com a repressão, muitas delas reabriram e continuam até hoje em funcionamento; no entanto, a imprensa alemã e a literatura em língua alemã desapareceram. Com o fechamento das escolas comunitárias, o ensino na cidade se desestruturou, muitas das escolas foram confiscadas pelo governo e só reabriram mediante severas exigências, inclusive que o ensino fosse ministrado em português. A igreja protestante foi proibida de realizar prédicas em alemão. A língua foi, dessa forma, o objetivo de arbítrio do Estado. Sem a proteção da língua padrão e escrita a língua alemã em Blumenau passou a ser, o que Kloss (1973) chamou de “*dachlose Mundart*”, um Dialeto Sem-Teto, isto é, à deriva em relação à variedade de referência e vulnerável a influências de outras línguas em contato, em nosso caso, o português (Kloss, 1973:378 apud Altenhofen, 1996). Este fato ocorreu, também, com outros dialetos alemães falados no Brasil, como o Hunsrückisch no Rio Grande do Sul, que de certa forma, transformou-se em uma koiné, isto é, língua geral dos teuto-brasileiros naquele estado.

Por falta de mapeamento e dados não se sabe onde e quais dialetos alemães são falados em Blumenau. Embora pela procedência da maioria dos imigrantes e o falar dos habitantes da zona urbana, parece se aproximar muito da variedade padrão.

Atualmente, a população urbana mais jovem de descendentes de imigrantes já fala alemão com dificuldade ou não fala. Na zona rural, o alemão falado em Blumenau parece ser ainda língua materna, pois as crianças chegam à escola com conhecimento desse idioma.

Na arquitetura observam-se casas construídas em estilo germânico, com porão, sótão, altas paredes feitas com estuque (mistura de madeira, argila e areia). Além do desenho do telhado, em curva prolongada. No centro da cidade, tenta-se imitar o estilo enxaimel – *Fachwerk* - característico de algumas regiões da Alemanha para acentuar o estilo europeu e atrair turistas. Assim foi construído, por exemplo, o prédio da prefeitura nova.

Apesar das campanhas de nacionalização, a cidade ainda é marcada por forte influência da cultura alemã, seja nas associações recreativas e comunitárias – atualmente há 36 Clubes de Caça e Tiro, 16 grupos folclóricos e uma Liga, que os unifica. O primeiro grupo foi criado em 1984 no Centro Cultural 25 de Julho, o *Blumenauer Volkstanzgruppe* - seja na gastronomia ou mesmo no comportamento de seus habitantes. O português aqui falado também é diverso de outras regiões do Brasil. Há influência do alemão na fonética, na sintaxe, no léxico e até nos marcadores discursivos. E as questões subjetivas de cunho histórico-ideológicos ainda fazem parte da vida da comunidade.

1.4. Uma questão de identidade ou folclore?

O fato de em Blumenau encontrarmos ainda hoje certos valores de etnicidade, que na própria Alemanha não são mais cultivados, leva-nos a refletir sobre duas questões: Estariam os descendentes de imigrantes vivendo nostalgicamente uma referência simbólica de pátria perdida expressos por hábitos e costumes da época da imigração? A língua alemã carregaria traços de identidade desses indivíduos?

Já vimos que a língua alemã foi estruturante para o município até 1939, quando foi reprimida duramente, levando a comunidade de imigrantes e seus descendentes a um silenciamento. Por quê justamente a língua do imigrante foi objeto da repressão?

Na concepção da elite brasileira da época, a cidadania estava intimamente ligada à língua materna, ou seja, o português. Para ser cidadão brasileiro tinha-se que falar o vernáculo (Oliveira, 2000). A população que chegou ao Brasil com as políticas imigratórias passou a ser vista como estrangeira. Por outro lado, estas populações, com cultura, língua e religião específicas, não viam nas manifestações culturais problema algum e as preservavam, mantendo exatamente o que os diferenciava dos outros: uma identidade de grupo, moldada nas relações sociais e com traços de resistência e afirmação.

No caso de Blumenau, o que definia a identidade era especificamente a língua, neste caso, a alemã. A imposição da língua portuguesa, invocando a segurança e integridade nacional, foi instrumento para inibir comportamentos considerados impertinentes politicamente. A língua assume, dessa forma, papel preponderante no contexto político.

O amor à pátria passa pelo sentimento de amor à língua materna e ao ódio pela língua estrangeira.

As línguas minoritárias são, com frequência, alvos preferidos daqueles ditadores que, em nome da unificação do povo, querem fortalecer o seu próprio controle sobre as instâncias do poder e, ao mesmo tempo, calar as vozes que possam se insurgir contra eles (Rajagopalan, 2000:3).

Homi Bhabha (1990), Charles Taylor (1992) e outros defendem a identidade como algo construído, moldado, aprimorado através do tempo, da história, das relações sociais e não como algo pronto, acabado, um legado de graça de Deus, que está lá para se usufruir quando convier. Sob esse aspecto, a identidade assume uma concepção, por assim dizer, mutante e está, em última análise, investida de ideologia. A identidade está intimamente ligada a interesses e se reconstrói em relação a uma ideologia dominante.

Rajagopalan postula que a identidade do indivíduo se constrói na língua e através dela. “Isso significa que o indivíduo não tem uma identidade fixa anterior e fora da língua.” (Rajagopalan, 1998:41). Além disso, o fato de a língua estar sempre em evolução, a construção da identidade na língua e através dela tem implicações mútuas e acarreta que a identidade em questão está sempre em fluxo.

A língua é, neste contexto, utilizada como instrumento político, sendo muito mais do que um simples instrumento de comunicação. Para tanto, ela foi utilizada com os mais diferentes propósitos ao longo da história da humanidade. Dois conceitos emergem desta relação: o de *self* e o de outro. É precisamente na relação com o outro que definimos língua e pátria, por exemplo. O estranho ou estrangeiro assume papel fundamental nessa relação. A presença do outro, cuja língua não se compreende, e, portanto, com quem não é possível se comunicar é vista como uma ameaça, um perigo eminente. Na verdade o que estão em jogo aqui são a disposição e o interesse em interagir com nossos vizinhos, o que nos dá a certeza de que falamos a mesma língua. (Rajagopalan, 2000:1)

A questão da identidade do indivíduo se coloca nos dias atuais como um tema extremamente complexo. Ao mesmo tempo que, como a etimologia da palavra conceitua, é um “eu individido e indivisível”, é também coletiva, pois congrega e aglutina, pela língua, indivíduos que comungam a mesma cultura e constituem, dessa forma, as nações.

O plurilingüismo e o multiculturalismo assumem, assim, papel fundamental. Se a identidade se constrói em movimentos e através da língua, não se pode falar em monolingüismo e monoculturalismo, já que é pela mescla, pelo hibridismo, abandonando-se a

idéia de pureza, que ela se define. O plurilingüismo, ou seja, o indivíduo bilíngüe, trilingüo etc tem identidade “proteiforme”. O multiculturalismo propicia a interação entre duas culturas ou mais tornando-as, pelo contato, diferente do que eram originalmente.

Numa economia globalizada, onde a idéia de homogeneidade anula as identidades culturais, nosso desafio será criar um espaço de liberdade para que o sujeito possa atuar em um campo de ação pessoal. A sociedade multicultural garante uma comunicação intercultural entre conjuntos culturais fortemente constituídos, cuja identidade, especificidade e lógica interna devem reconhecer-se, mas ao mesmo tempo que são diferentes entre si, não são completamente alheios uns dos outros (Touraine, 1996:174).

Sob essa perspectiva, a identidade dos descendentes de imigrantes em Blumenau sofreu uma mutação quando chegaram ao Brasil. O contato com povos de outras etnias e com a língua portuguesa causou, por assim dizer, uma reconstrução da identidade. O bilingüismo e o contato multicultural na nova pátria obrigou-os a reformular conceitos, atitudes e valores trazidos com a mudança de país. Apesar disso, como todo processo de imigração, de desenraizamento, de um sofrimento determinado por um rompimento com o lugar de origem, faz com que surjam defesas necessárias à sobrevivência psíquica.

O confronto com a nova ordem parece intensificar a necessidade de preservar a diferença, e intensifica de ambos os lados (povos autóctones e alóctones) reações defensivas em relação a este outro diferente (Pastori, 2001:2).

Do lado do imigrante a intensificação da diferença se dá por uma ameaça de aniquilamento e desintegração, provocado por um crescente desamparo. Dessa forma, a identidade dos indivíduos, que imigraram para o Brasil, mostrava-se diversa daquela quando ainda estavam na Alemanha.

Sem dúvida o imigrante vivenciava conflitos de rompimento com o lugar de origem e a absoluta necessidade de elaboração da perda. Isto ocorria, até certo ponto, de forma natural até a proibição da língua em 1939. Com a violência do silenciamento este processo foi interrompido e causou uma lacuna na identidade desses indivíduos na passagem da língua alemã para a língua portuguesa.

É o que se verifica na Vila Itoupava, bairro afastado da zona central da cidade de Blumenau e considerado baluarte das tradições germânicas pela maioria de seus habitantes falarem alemão e conservarem muitos hábitos dos antepassados. Mas, o mais curioso é que estes teuto-brasileiros parecem viver no século passado, ainda na busca saudosista de uma pátria perdida. Esta pátria não é a Alemanha atual, que eles desconhecem, nem tampouco o Brasil, que não os reconheceu como cidadãos. Parece ser um terceiro elemento, criado no imaginário desses indivíduos para suprir o vácuo deixado pela falta de administração da perda

com o lugar de origem, da repressão à língua materna e do não reconhecimento da cidadania pelo país onde vivem.

Com a repressão, contudo, temos os dois lados do poder, para citar Foucault (1988), o lado negativo de abafar à força toda uma comunidade, que supostamente ameaçava a segurança nacional e o aspecto positivo: a língua alemã ser utilizada como uma forma de resistência, de manutenção da identidade, investida de ideologia. Os teuto-brasileiros viram nessa atitude um meio de preservar a identidade, que se reconstruía, frente à nova realidade imposta.

Paralelamente a questões ideológicas existia a briga pela hegemonia política no estado de Santa Catarina. Este foi o caso, por exemplo, da família Ramos, que se utilizou das campanhas de nacionalização para eliminar a ameaça que representavam os teuto-brasileiros ao seu poder político na região.

A atitude do Estado Brasileiro de arbitrar com relação à língua do imigrante, além da violência física e humilhação a que foram submetidas essas populações, resultaram em conseqüências que se fazem sentir até hoje. Muita mágoa e ressentimento se observam no depoimento dos teuto-brasileiros ainda hoje no que diz respeito à repressão. São conflitos de cunho ideológico e político que têm no imaginário dessas populações os mais diversos efeitos.

Neste ponto, pode-se analisar as chamadas “tradições inventadas”, como a *Oktoberfest*, criada em 1983, e os grupos de danças folclóricas, criados a partir de 1982 para transformar Blumenau em pólo turístico. Por que estas manifestações conseguiram mobilizar tanto a população local? E mais, por que a *Oktoberfest* consegue transformar a cidade levando as pessoas a usarem trajes típicos de regiões da Alemanha, que não são de origem da maioria dos imigrantes de Blumenau e sequer refletem algo conhecido e cultuado pelos imigrantes pioneiros?

O fato de que estas manifestações evocam certos valores simbólicos para os teuto-brasileiros é inegável. Há ainda o desejo de inserção na sociedade brasileira preservando agora o que é permitido, ou seja, a cultura. As manifestações culturais, que eram vistas como ameaça, passaram, na década de 80, a ser valorizadas política- e economicamente e incentivadas. Para os teuto-brasileiros, essa atitude trouxe à tona velhas questões abafadas, silenciadas no passado. De repente era-lhes permitido novamente reconhecer-se como cidadãos brasileiros naquilo que os identificava como grupo, ou seja, a cultura. Portanto, a forte adesão dos teuto-brasileiros a um simbólico, a uma memória histórica de um passado prestigioso, conseguiu devolver-lhes a identidade tolhida com a repressão, desta feita

transformada, resignificada. A língua alemã, no entanto, ainda não faz parte desse processo. Continua banida e até certo ponto execrada da sociedade local. É o que se pode constatar nas afirmações dos próprios teuto-brasileiros e de não teutos: “o alemão de Blumenau não é alemão”, *wir sind Deutschverderber* - corrompemos o alemão-.

O discurso para criar a *Oktoberfest* e os grupos de dança folclóricos foi justamente o discurso étnico, isto é, a valorização da origem, da cultura e do trabalho alemão.

As manifestações culturais como os clubes de caça e tiro e as festas de rei e rainha do tiro, por exemplo, podem ser encaradas como folclore hoje. No entanto, o que se evidencia nestas manifestações é uma afirmação de identidade. Um desejo de ver reconhecido e valorizado aquilo que os constitui como indivíduos.

Portanto, devolver a língua alemã aos descendentes de imigrantes em Blumenau é devolver-lhes a identidade, a cidadania e a auto-estima, razão de tantos conflitos no passado, com graves reflexos no presente. É garantir-lhes direitos plenos de cidadãos brasileiros expressos por valores culturais próprios, uma diversidade étnica, cultural e lingüística que deve ser reconhecida e não mais continuar sufocada e silenciada.

2. A LÍNGUA ALEMÃ NO SISTEMA EDUCACIONAL DA CIDADE DE BLUMENAU

A língua alemã constituiu-se no mais importante elemento de afirmação de identidade dos teuto-brasileiros e, até 1937, foi a língua na qual as crianças eram letradas na educação formal. Algumas escolas já faziam experiências de ensinar português como língua estrangeira, como a Escola Nova em Blumenau, visando a integração plena dos teuto-brasileiros na sociedade brasileira. Mas, na grande maioria das escolas, a língua de instrução era mesmo o alemão. Os imigrantes construíram o que ficou conhecido como o Sistema Teuto-brasileiro de Ensino, ou seja, a criação de escolas comunitárias particulares que dessem conta de introduzir seus filhos nas primeiras letras. O professor era, na maioria das vezes, um mestre-escola, que ensinava desde música, religião e artes, até história e matemática.

A justificativa para o fechamento das escolas por ocasião da campanha de nacionalização de 1939 era o ensino em alemão. O nacionalismo brasileiro relacionava a língua portuguesa à cidadania brasileira. Dessa forma, o que representasse ser estrangeiro, como a língua alemã falada por crianças teuto-brasileiras, era considerado estranho aos interesses do país.

Dessa concepção resultou a marginalização dos teuto-brasileiros, que, com a proibição, não aprendiam mais o alemão padrão escrito e nem mesmo o português, por não lhes ter sido assegurado formação escolar suficiente (Altenhofen, 1996:71).

Ainda hoje parece ser este um problema ainda não solucionado pelas políticas educacionais, relegando esses cidadãos à margem do letramento, ao não permitirem a apropriação de uma ou outra língua plenamente.

2.1. Escolas Particulares e Públicas

Pode-se dizer que a imigração alemã caracterizou-se pelo tripé: escolas, imprensa e igreja luterana. As escolas exerceram papel fundamental na vida dos imigrantes e seus descendentes da antiga colônia Blumenau. Em primeiro lugar, porque os imigrantes consideravam a educação de seus filhos prioridade e faziam grandes esforços para criar e manter as chamadas escolas comunitárias, em virtude de não existirem escolas públicas suficientes para atender toda a demanda na colônia. Em segundo lugar, pelo fato de as escolas transmitirem valores do *Deutschtum*.

As escolas particulares dominaram, por um longo tempo, a educação no município. Estas escolas eram criadas pelo sistema de escolas comunitárias e atendiam aos colonos, mesmos os mais distantes. As escolas públicas só vieram muito tempo depois e assim mesmo em número bastante reduzido.

Além disso, a educação formal em Santa Catarina foi utilizada como um operante instrumento de repressão e assimilação das populações alóctones nas campanhas de nacionalização. A escola, sem dúvida alguma, representou, enquanto instituição, os objetivos nacionalistas do governo federal e estadual e da elite brasileira. Foi através dela que os teuto-brasileiros foram obrigados à inserção na sociedade brasileira incondicionalmente, roubando-lhes direitos legítimos de cidadãos, como os direitos lingüísticos.

2.1.1. Historicamente

As escolas comunitárias foram criadas com a colaboração dos pais, que se juntavam para pagar os custos do salário dos professores e da manutenção da escola, bem como prestavam serviços pessoais, como pintura e consertos que a escola necessitasse. Na falta de um professor formado contratava-se alguém que pudesse, de certa forma, exercer esta função, como um pastor ou um imigrante com mais instrução. O que não se admitia entre os colonos era que as crianças ficassem sem escola. Uma das reivindicações dos colonos ao governo imperial era a construção de escolas públicas que abrangessem as regiões mais distantes da colônia, na zona rural. O não atendimento, por parte do governo, a essas reivindicações

obrigou os imigrantes a criarem o sistema das Comunidades Escolares. Entre os primeiros professores da colônia, estavam Fernando Ostermann, professor formado na Alemanha, e o Pastor Oswaldo Hesse.

Em 1877, o padre José Jacobs, contratado como vigário da colônia, fundou a Escola São Paulo, que foi assumida em 1892 pelos padres franciscanos, com a direção da paróquia.

Por causa dos freqüentes incidentes entre alunos e pais luteranos com o diretor e vigário católico, padre Jacobs, que não havia se desvencilhado da intolerância religiosa entre católicos e protestantes na Alemanha, criou-se a “*Neue Deutsche Schule*” (Escola Nova Alemã) em maio de 1889, que contava nesse ano com 124 alunos. Pastor Faulhaber, como dirigente da comunidade evangélica, assume a direção da escola em 1890.

A Nova Escola Alemã tinha entre seus professores Fritz Müller, Rudolf Damm, Georg Büchler e Carlos Jürgens e, em pouco tempo transformou-se em uma das escolas mais importantes do município. Recebia subvenção da Alemanha e do Estado de Santa Catarina.

No currículo da escola, contavam as disciplinas de alemão, português, inglês, francês, aritmética, matemática, física e química, história natural, geografia, história, transporte, desenho, trabalhos de agulha, ginástica, escrituração mercantil, caligrafia e história do Brasil.

As Irmãs da Divina Providência, vindas para fundar um convento em Blumenau, criaram, em 1895, uma escola para meninas. A escola dispunha de cursos primário, ginásial e normal e era um dos maiores estabelecimentos de ensino para meninas e moças do Vale do Itajaí.

Por volta de 1903, o município contava com 112 escolas, freqüentadas por cerca de 4000 alunos, dos quais cerca de 150 eram alunos da Escola Nova Alemã, 157 das quatro escolas públicas, 80 da Escola São Paulo – que mais tarde recebeu o nome de Colégio Franciscano Santo Antonio -, 60 das Irmãs da Divina Providência e o restante – 3553 - das escolas particulares/comunitárias espalhadas pelo interior do município. Somente nas quatro escolas públicas o ensino era ministrado em português. Cinco escolas ministravam-no em alemão e português, quatro em alemão e polonês, uma em italiano e alemão e as outras 81, exclusivamente em alemão (Ferreira da Silva, 1988: 253).

Em 1907, construiu-se no bairro da Itoupava Seca um prédio escolar sob a direção do Prof. Max Humpl, o Grupo Escolar Altona. Hoje é a Escola Básica Municipal Machado de Assis.

Por meio destes dados, observa-se que o alemão era língua de instrução, além de língua majoritária no município, embora o português fosse língua nacional. Era alemão o idioma que aparecia ao lado das línguas maternas de imigrantes italianos e poloneses, constituindo populações bilíngües em Blumenau, visto que necessitavam do alemão para as transações comerciais. Os imigrantes não negavam a importância do português e, em algumas escolas, como a Escola Nova, o português já era ensinado como língua estrangeira. Para esse fim foram utilizadas as gramáticas de Damm (1901) e Büchler (1914), dois dos renomados professores da Escola.

O grande número de escolas particulares em Blumenau – mais de cem – levou à fundação, em abril de 1900, da “Associação das Escolas e Professores de Blumenau” (*Lehrer- und Schulverein der Kolonie Blumenau*), que objetivava a unificação das normas de ensino e a orientação pedagógica aos professores, bem como a facilitação na compra de material escolar e a assistência aos professores doentes e idosos. Em 1904, ampliou-se para todo o Estado transformando-se na “Sociedade das Escolas Alemãs para Santa Catarina” (*Deutscher Schulverein für Santa Catarina*). Em 1906, saiu o primeiro número do Jornal da Associação de Professores: “*Mitteilungen des Deutschen Schulvereins für Santa Catarina.*”

A Associação de Professores teve apoio do Pastor Faulhaber e conquistou muita influência, chegando em 1912 a reunir 173 professores particulares, sendo 150 só do município de Blumenau.

Assim, a comunidade de imigrantes e seus descendentes tornava-se um grupo à parte. A diversidade étnica, cultural e lingüística de seus membros entraria em choque com os chamados luso-brasileiros e desencadearia medidas de retaliação política e econômica contra o município de Blumenau. No governo de Vidal Ramos (1910-1914), um nativista inflexível, ocorreu de maneira sistemática a primeira campanha de nacionalização do ensino, sob o comando do professor paulista Orestes Guimarães. O programa de Orestes Guimarães (1911) fundamentou-se basicamente na criação de grupos escolares, aumentando o número de escolas públicas isoladas com fins de assimilar o grupo de imigrantes. O ensino em português foi imposto nas escolas particulares de imigrantes; contudo, enfrentou grande dificuldade de encontrar professores com competência lingüística para o português nas zonas de imigração. Orestes Guimarães acreditava que o ensino deveria ser bilíngüe nestas regiões. Nas escolas públicas que se iam abrindo, foram contratados professores que não dominavam a língua dos

alunos, o que tornou o ensino muitas vezes contraproducente e levou a desconfiança dos pais em relação à escola pública por não conseguir ensinar português às crianças (Luna, 2000).

Para tornar o ensino eficiente e resolver o problema da diversidade lingüística, Orestes Guimarães introduziu a língua alemã nas áreas de imigração. Essa medida foi respaldada pelos decretos de 1911 e 1926 “e acabou por desagradar parte da sociedade catarinense, que já se mostrava indisposta a expressões das comunidades teuto-brasileiras” (Luna, 2000: 42).

Em novembro de 1917, com o estado de guerra, foram fechadas todas as escolas particulares, que já eram 113. Como o número de escolas públicas era insuficiente – oito, além do Grupo Escolar Luis Delfino -, muitas crianças teuto-brasileiras ficaram sem escola. “As Sociedades Escolares” e igualmente a “Associação de Professores Particulares” interromperam suas atividades, e o jornal *Mitteilungen* deixou de ser publicado em 1918.

A partir daí, começaram a surgir medidas legais para promover o ensino em português nas escolas particulares, que, para sua reabertura, tiveram que se adequar às exigências do governo do estado, muitas vezes impossíveis de cumprir, como por exemplo que o professor falasse “corretamente” o vernáculo. Muitos desses professores eram imigrantes, não naturalizados, nascidos na Alemanha, e o inspetor geral de ensino dificilmente permitiria que um estrangeiro ensinasse nas escolas, por representar uma ameaça. Mesmo assim, as escolas foram reabrindo uma a uma e, em 1918, contavam-se 30; em 1920, eram 40; em 1925, já eram 109, com 5.745 alunos e, em 1937, chegaram a 173 (Ferreira da Silva, 1988).

Apesar dos obstáculos e das exigências impostas, as escolas particulares continuaram a representar a maior parcela da educação do município e, em virtude disso, o índice de analfabetismo era praticamente nulo nas zonas de imigração. Em relatório a Interventoria Federal no Estado em 1930, o então prefeito provisório Cândido de Figueiredo atesta esta afirmação:

Poderá parecer absurdo que afirme não ser a instrução popular o maior problema do município e, sim, o rodoviário. (...) a instrução popular, no território da comuna, mais devido à iniciativa particular do que a oficial, alcançou notável grau de desenvolvimento, não atingido por nenhum outro município do Estado e quiçá do país. Existem, no município, 55 escolas estaduais e 134 particulares, com cerca de 12.000 alunos (Relatório do prefeito municipal provisório Antônio Cândido de Figueiredo, relativamente aos anos de 1931, 1932 e primeiro trimestre de 1933. Blumenau: Prefeitura Municipal de Blumenau, 1933).

Os governos estadual e federal passaram a subvencionar as escolas particulares que ensinavam em português e depois de algum tempo muitas delas foram transformadas em escolas públicas com um acordo firmado entre município e sociedades escolares.

Até então o poder público pouco tinha se preocupado com a questão da educação nas regiões de imigração. Os vários pedidos, inclusive de Hermann Blumenau no início da fundação da colônia, para que se construíssem escolas na colônia, não foram sequer considerados pelo governo federal. Ao contrário, os imigrantes foram incentivados a fundar as escolas comunitárias. O problema da educação em Blumenau não era a falta de escolas, mas sim, o ensino em idioma alemão. A primeira campanha de nacionalização do ensino pautou-se basicamente na criação de grupos escolares no município. No entanto, os programas e reformas implementados no sistema de ensino visavam mais a assimilação dos teuto-brasileiros, do que propriamente investimentos em escolas e educação. Este foi, inclusive, o objetivo do programa de Orestes Guimarães. Apesar de pretender levar em conta a língua materna dos alunos e defender uma educação bilíngüe com medidas consideradas não tão rígidas, seu objetivo era o monolinguísmo em português, ou seja, a total eliminação das línguas de imigração. Esta era também a concepção dos governos estadual e federal de forte tendência nativista e xenófoba.

Blumenau transformou-se em um quisto étnico aos olhos dos luso-brasileiros, por ter organizado e mantido um sistema educacional quase sem nenhuma ajuda dos governos estadual ou federal. Pelo fato de serem imigrantes alemães e imbuídos de sentimentos nacionalistas, que privilegiavam suas realizações, ou seja, a cultura, os imigrantes e seus descendentes construíram no Brasil o que acreditavam representar seu *Heimat*: com língua, religião e cultura próprios. Apesar de falarem alemão e terem hábitos culturais diversos dos nacionais, jamais se colocou em dúvida a cidadania brasileira. A escola foi um elemento essencial da afirmação de identidade desses imigrantes ao lado de outros valores da Germanidade. A prova disso era a força das Sociedades Escolares e da Associação de Professores Particulares que praticamente controlavam a educação no município e, por esse motivo, foram alvo de muitos ataques dos luso-brasileiros.

A indisposição entre teutos e lusos se dava também por as escolas transmitirem valores do *Deutschtum*. A língua, a origem, a religião eram enfatizados seguindo concepções do nacionalismo alemão do final do século XIX. Acrescente-se a isso a influência da Liga Pangermânica, que pretendia congregar seguidores até no exterior para a Alemanha do futuro,

utilizando uma ideologia racista que apregoava a superioridade racial, e tem-se o panorama completo das divergências entre os alemães e os chamados nacionais.

A imprensa brasileira divulgava artigos de supostas atrocidades cometidas pelos alemães na primeira guerra, incitando ainda mais a animosidade entre os imigrantes alemães e os lusos.

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, as escolas particulares não voltariam a sua plena normalidade. Medidas legais regulamentavam a partir de então o ensino nas escolas catarinenses, sempre priorizando o ensino em português e enfatizando o civismo nacional.

Foi, contudo, na Segunda Guerra Mundial que a situação recrudescceu para os teuto-brasileiros. Favorecidos pela ditadura do Estado Novo, as tendências xenófobas dos governos estadual e federal chegaram ao seu clímax, com o fechamento de todas as escolas comunitárias particulares, e o envio de tropas do exército para as zonas de imigração, inclusive Blumenau. Proibiu-se de dar nome estrangeiro às escolas, bem como se estabeleceu uma série de exigências para abertura de escolas no município, como ser brasileiro nato aquele que ministrava as disciplinas de língua nacional, geografia, história da civilização e do Brasil e de educação moral e cívica.

A imprensa catarinense apoiava as medidas do governo publicando reportagens antialemãs e associando os imigrantes aos nazistas. Como se observa nas manchetes do jornal “O Estado” de 1938 a 1942:

1938: “Problema Inquietante: Brasileiros que não falam a nossa língua”

1940: “Maior será o estágio para os que não falarem correntemente o português”

1941: “A Praga Nazista no Sul”

1942: “Não. Não pode ser catarinense quem procede assim” (Luna, 2000:55).

Por essa ocasião, é lançada a segunda campanha de nacionalização do ensino, visto que a primeira (Orestes Guimarães) não tinha alcançado os objetivos propostos, ou seja, a assimilação. Criou-se assim a Liga Pró-Língua Nacional, que deveria “fomentar nos alunos o interesse pela defesa e difusão dos valores nacionais” (Luna, 2000:56).

A Liga pregava o auxílio dos alunos nacionais aos descendentes de imigrantes no desenvolvimento de suas habilidades lingüísticas em relação ao português. Para isso, os

descendentes de alemães deveriam abandonar sua língua materna e, com essa finalidade, foi proibido o uso de idioma estrangeiro dentro dos estabelecimentos de ensino (Luna, 2000:57).

As campanhas de nacionalização do ensino em Santa Catarina refletem bem a ideologia que pautava as ações dos governos estadual e federal, bem como de parte da sociedade nacional: a ameaça do estrangeiro à integridade nacional. O “inimigo” não falava a língua nacional e praticava religião e costumes diversos dos nacionais e, além disso, se organizava para realizar o que na verdade seria obrigação do poder público, como educação. O alvo das perseguições nativistas foi sem dúvida alguma a língua materna do imigrante, vista como elemento desagregador da integridade nacional; daí o fechamento das escolas que ensinavam em alemão e a proibição da língua. Em Bethlem e Nogueira pode-se constatar a concepção que levou às campanhas de nacionalização: o Vale do Itajaí é considerado como “quisto racial ameaçador da soberania do Brasil”, e “foco de desagregação do espírito nacional”. O objetivo da campanha seria “terminar com as minorias nacionais através de uma legislação rigorosa”. Santa Catarina é um Estado “infestado pelo vírus da desnacionalização, no qual brasileiros são criados como se fossem estrangeiros”. Nogueira ainda acrescenta: “... são os ingratos, traidores da pátria, a quem o governo concedeu vastos latifúndios” a partir dos quais pretendiam ampliar seus tentáculos, e “funestos seriam os resultados da colonização se o Brasil não desperta a tempo” (Nogueira, 1947:26 apud Seyferth 1981:183). Bethlem (1939 apud Seyferth, 1981:182) justifica a nacionalização, cujo objetivo era eliminar o uso da língua alemã e substituí-lo pelo português, ao revelar tais estatísticas:

... no Vale do Itajaí 60% dos teuto-brasileiros não falam nem entendem o português; 30% falam e compreendem, mas procuram não fazê-lo, e não se consideram brasileiros, e apenas 10% falam o português e “amam sua pátria”.

Na verdade, no Brasil as vítimas do sentimento de nacionalismo e xenofobia da elite (políticos e intelectuais) foram aquelas populações que não iam ao encontro do modelo lusitano imposto: primeiramente os índios, em seguida os negros e por último, os imigrantes. Dessa forma, pode-se concluir, no caso dos últimos, que os projetos de imigração não pretendiam cidadãos no sentido pleno da palavra, visando tão somente a miscigenação do branco europeu com a população negra e mestiça do país, uma concepção também racista de superioridade branca, européia.

O Brasil foi um país construído com mão de obra escrava. Durante quatro séculos, trouxe mais negros da África do que qualquer outro país do mundo, cerca de 40% de todo tráfico de escravos. Relutou muito em abolir a escravatura e só o fez por pressão externa. Essa

situação de exclusão por vários séculos emite uma dívida social do país com a população negra, que só recentemente começa a ser discutida.

O imigrante, de certa forma, era visto também como escravo, por exercer trabalho braçal. Não havia uma ética do trabalho antes da imigração no Brasil. O trabalho assalariado é algo recente em nosso país e veio justamente com a imigração no século XIX. Trabalhar era para os negros, escravos, e por isso sem remuneração. Trabalhar passou a significar desonra e humilhação e deveria ser evitado a qualquer custo, pois era associado à escravidão. Essa concepção resultou em um culto ao ócio, em muitas regiões do Brasil, uma cultura que dignifica a ociosidade. O imigrante se insere nesta realidade do país e se esperava dele que trabalhasse e assimilasse e fosse alheio às reivindicações políticas e sociais, indivíduo sem história, sem cultura, sem língua, sem religião (Freitas, 2000). A repressão se deu justamente por não reconhecer ao imigrante e seus descendentes direitos de cidadãos brasileiros, por não reconhecer e garantir a estas populações uma identidade própria e, portanto, diferente daquela que a nação brasileira deveria ter, segundo a ideologia do nacionalismo brasileiro.

O conflito dessas relações de território, nação, cultura e língua para o imigrante e seus descendentes mostra-se ainda hoje não resolvido. Os alemães saíram de uma nação não unificada no final do século XIX e no Brasil não foram aceitos como brasileiros, apesar de muitos já terem nascidos aqui e do *jus soli*. Para além disso, foram descaracterizados na sua concepção de identidade. Que consequências teriam esse fato para o exercício da cidadania nesses cidadãos?

2.1.2. Atualmente

Atualmente a rede pública de ensino em Blumenau ultrapassa em muito o número das escolas particulares e em todas o ensino é ministrado exclusivamente em português. A campanha de nacionalização alcançou seu objetivo e eliminou a língua materna do imigrante e seus descendentes do sistema educacional, seguindo a ideologia de “Uma Língua, Uma Nação”.

Contudo, o alemão retornou ao sistema educacional da cidade, em 1977/78, em duas escolas, ainda que como língua estrangeira e extracurricularmente. Sua inclusão na grade

curricular, como disciplina opcional, oficializou-se a partir de 1984/85, em sete escolas. Por falta de dados da Secretaria de Educação, não se sabe exatamente a evolução do ensino de alemão na rede municipal, mas é possível dizer que o número de alunos e conseqüentemente de professores tem caído acentuadamente nos últimos cinco anos, colocando em risco a continuação do ensino deste idioma nas escolas municipais.

Em 1993, havia 28 escolas (estaduais e municipais) com 2.287 alunos e 36 professores que ensinavam alemão em Blumenau¹⁰. Contudo, esses números não se mantiveram, caindo ano a ano. Hoje há somente 15 professores de alemão e um número estimado de 800 alunos, em cerca de 15 escolas na rede municipal em Blumenau, e o ensino desta língua corre o risco de desaparecer, caso não se invista em projetos de política lingüística.

As escolas particulares rurais foram quase todas transformadas em escolas públicas. A Escola Nova teve seu corpo docente substituído em 1937 e passou a se chamar Colégio Pedro II, hoje Conjunto Educacional Pedro II. Como um colégio estadual, adota a opção de alemão como língua estrangeira e conta com 150 alunos que aprendem esta língua. Funcionam também o Colégio Santo Antonio/Bom Jesus e o Colégio Sagrada Família- antiga escola para moças das Irmãs da Divina Providência-. Nessas duas escolas, somente inglês é ensinado como língua estrangeira.

Além desses dois colégios ligados à igreja católica, há a Escola Barão do Rio Branco, fundada em 1953 por iniciativa da comunidade luterana. Mesmo no Colégio Barão do Rio Branco, as opções de língua estrangeira são inglês e espanhol. O alemão é ensinado extracurricularmente para um grupo de 10 alunos. A igreja protestante luterana subsidia ainda, no esquema das escolas comunitárias, vários Jardins de Infância (*Kindergarten*), que oferecem, em seu currículo, alemão como língua estrangeira.

Entre as escolas estaduais, além do Conjunto Educacional Pedro II, há mais seis escolas que oferecem alemão como língua estrangeira: Colégio Estadual Emílio Baumgarten, com 66 alunos; Colégio Estadual Prof. Wigand Gelhardt, com 47 alunos; Colégio Estadual Adolpho Konder, com 60 alunos; Colégio Estadual Ilse Karten, com 60 alunos, Escola Básica Carlos Techentin, com 60 alunos e o Centro de Educação Profissional Hermann Hering, com 75 alunos. O Estado de Santa Catarina mantém 33 escolas no município de Blumenau.

¹⁰ Fonte: SEE-CEASC, 1993.

O município possui ainda onze escolas rurais/isoladas que funcionam no sistema de multisseriação, isto é, um professor leciona simultaneamente para as quatro séries iniciais. O professor geralmente é o responsável pela escola exercendo também as funções de diretor, coordenador, secretário e até merendeiro. Estas escolas têm atualmente 327 alunos, em vários bairros afastados do centro da cidade.

Acredita-se que as escolas isoladas/multisseriadas devam merecer um estudo mais aprofundado de fenômenos de bilingüismo alemão/português, em virtude de o alemão ter sido proibido da zona urbana e ter permanecido como língua familiar preponderantemente na zona rural. É um potencial lingüístico a ser explorado pelas políticas educacionais do município, garantindo a esses alunos uma educação bilíngüe, o que hoje só é o caso em escolas de elite nas grandes capitais do país, como a Escola Pastor Dohms, em Porto Alegre, que oferece ensino bilíngüe até o ensino médio. Algumas dessas escolas são remanescentes da repressão, freqüentadas na época, inclusive, por outras etnias, como por exemplo russos, poloneses e italianos. É o caso da Escola Isolada Margarida Freygang, no Bairro Nova Rússia. Criada em 1938 como escola comunitária, um ano antes do decreto de Vargas, resistiu ao fechamento transformando-se em 1950 em escola municipal. Segundo informações da professora responsável, era freqüentada, na época, também por russos. Como as aulas eram ministradas em alemão, possivelmente alguns desses russos eram *Wolga-Deutsche* (alemães do Wolga), que saíram da Alemanha no século XVIII para vários outros países, inclusive a Rússia e reemigraram de lá para o Brasil.

Recomenda-se que essas escolas sejam transformadas em Escolas Bilíngües. Em pesquisa feita junto ao corpo docente, constatamos que alguns deles falam alemão em casa e são efetivos nas respectivas escolas. Isso facilitaria o ensino bilíngüe, pois o próprio professor, após uma capacitação, estaria apto para desenvolver o bilingüismo aditivo, ou seja, iniciar o letramento em alemão, que é língua materna dos alunos e gradativamente introduzir o português. Dessa forma, os educandos seriam incentivados no bilingüismo e não ignorados como acontece hoje. Estas escolas seriam regidas por legislação especial, pois a língua de instrução seria o alemão e não o português.

Em nossa pesquisa, constatamos também que em uma dessas escolas: Escola Municipal Carlos Manske na Vila Itoupava, divisa com o município de Massaranduba, 22 alunos são falantes de polonês. Mais um desafio para a secretaria de educação do município.

A FURB – Fundação Universidade Regional de Blumenau – não possui mais alemão nos cursos de Letras e Secretariado Bilíngüe. As línguas estrangeiras dos cursos em questão, bem como dos cursos extracurriculares são hoje Inglês e Espanhol. A Universidade não oferece Alemão nos cursos extracurriculares, sob a justificativa de que não há demanda. Segundo o Laboratório de Línguas da FURB, que administra os cursos extracurriculares, o curso de Espanhol está com dificuldades de formar e manter turmas, devido à baixa procura. No vestibular da FURB (ACAFE) a língua alemã deixou de fazer parte da prova de língua estrangeira, o que acabou por desestimular muitos alunos a optarem por esta língua no segundo grau. No último vestibular unificado (2002), introduziu-se novamente como opção de língua estrangeira.

A Etevi – Escola Técnica Vale do Itajaí – escola de segundo grau particular ligada à universidade, também deixou de adotar o alemão no currículo, alegando baixa procura. O idioma alemão fez parte do currículo de 1994 até 2000.

O SESC – Serviço Social do Comércio – oferece atualmente cursos de Alemão como língua estrangeira para adolescentes e adultos. Hoje conta com 70 alunos que podem obter certificado reconhecido pelo MEC ao final do nível avançado. O curso é composto por três níveis: básico, intermediário e avançado.

O ICBA – Instituto Cultural Brasil Alemanha –, entidade fundada em 1967, sem fins lucrativos, oferece cursos de Alemão para todos os níveis, inclusive para quem quer prestar as provas de proficiência do curso básico e intermediário, reconhecidas pelo Instituto Goethe-Inter Naciones, com os respectivos certificados. Também mantém um *Kindergarten*, (Jardim de Infância) com duas turmas de dez crianças cada, onde se ensina o idioma alemão. Os cursos de língua são procurados por 140 pessoas atualmente.

Segundo a diretora do ICBA, Eva Meier¹¹, atualmente são poucos os alunos falantes de alemão em casa. Na fundação da escola, a grande maioria era de alunos que já falavam alemão e vinham em busca do certificado para fins profissionais. A metodologia adotada é a abordagem comunicativa, e aos alunos que já falam alemão é dado um reforço, extraclasse, na parte da gramática. O ICBA conta hoje com oito professores; em 1990, eram dezessete. Em 1989, o ICBA contava com 500 alunos; em 1993, esse número já havia caído pela metade; em 1997, chegou à casa dos 150 mantendo-se até hoje.

¹¹ Entrevista concedida no ICBA em 20/08/02.

Em 1994, o ICBA firmou uma parceria com a Secretaria Municipal da Criança e do Adolescente para oferecer cursos de alemão às crianças carentes do município. Eram atendidos pelo convênio 45 adolescentes em três turmas no próprio instituto. Em ofício de número 017/2002, assinado pelo secretário municipal da criança e do adolescente, Sr. Daniel Régis, datado de 15 de fevereiro de 2002, foi cancelado o programa Pequeno Planeta do qual fazia parte o ensino de alemão para adolescentes carentes. No ofício não são esclarecidas as razões do encerramento da parceria, mas, em polêmica sobre o assunto na imprensa local, a secretaria justifica o corte por motivos “técnico-financeiros”. Em conversa com o presidente do ICBA, a secretaria alega necessitar de um redirecionamento de verbas para projetos de curto prazo, como prevenção de drogas e violência, e afirma que o ensino de línguas é um investimento de longo prazo, que a prefeitura não pode custear. O custo da prefeitura era de R\$500,00 (quinhentos reais) mensais para o programa.

2.2. Responsabilidade Cultural e Lingüística ou Obrigação Administrativa?

O retorno do Alemão no currículo das escolas públicas estaduais e municipais na década de 80, faz parte de um movimento que vinha ao encontro dos interesses da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), como também das escolas de primeiro e segundo graus. O Projeto Piloto, uma iniciativa da UFSC em parceria com o governo do estado, previa inovações metodológicas e curriculares, no que diz respeito ao ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras/segundas línguas, levando em conta a realidade lingüística dos alunos. Ao mesmo tempo, visava incrementar o Curso de Letras dessa mesma universidade, oferecendo mais alternativas de trabalho aos professores formados. Por essa razão pensou-se em introduzir, nas cidades de imigração germânica e italiana, os respectivos idiomas, ao lado do inglês. O espanhol também deveria ser introduzido a longo prazo, por ser Santa Catarina um estado próximo aos países de língua castelhana. O francês não ficaria excluído, caso houvesse professor para assumir as aulas no estabelecimento de ensino.

Com a introdução do alemão nas escolas em Blumenau, houve, na época, uma grande procura dos descendentes de imigrantes para cursar este idioma, causando até alguns problemas, como falta de professores e de material didático. Com a municipalização, o ensino

de alemão estendeu-se para várias escolas da rede municipal e passou a ser oferecido como língua estrangeira, ao lado do inglês. O objetivo da criação do projeto piloto de prover as escolas com professores formados na UFSC não foi concretizado e o município, bem como o estado, tiveram que recrutar docentes da própria comunidade, em sua maioria pessoas que falavam alemão familiarmente, mas não tinham qualquer formação acadêmica.

A falta de professores qualificados sempre foi um grande problema para o ensino de alemão nas escolas públicas em Blumenau. Este parece ser também um dos motivos, além de outros, da indiferença da Secretaria de Educação Municipal em incentivar a manutenção do ensino da língua no currículo.

Alguns professores vieram da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo/RS. Esta universidade possui um curso de formação de professores de alemão, o IFPLA – Instituto de Formação de Professores de Língua Alemã -. O que ocorria, contudo, é que esses professores não se efetivavam no município e nem no estado e acabavam, depois de algum tempo, retornando ao seu estado de origem, ou seja, o Rio Grande do Sul. Uma das justificativas para o retorno era o baixo salário oferecido pelo município e pelo estado aos professores em geral.

Há alguns anos os professores buscaram formação acadêmica através do Programa Magister Letras, uma parceria da UFSC com o governo do estado, iniciada em 1997 e encerrada em 2001. O curso de Letras-Alemão realizou-se em Jaraguá do Sul e Ibirama e teve a duração de 48 meses, com aulas nas férias e finais de semana. Frequentaram o Projeto Magister três professores de Blumenau, que já atuam em escolas públicas municipais e estaduais.

A grade curricular do ensino fundamental privilegia o inglês em detrimento das outras línguas. O inglês é oferecido como língua estrangeira obrigatória na maioria das escolas do país e também em Blumenau. Para que haja um equilíbrio e seja preservada a heterogeneidade no ensino de línguas, segundo as especificidades de cada região, é preciso alterar o currículo incluindo, além do inglês, outras línguas.

No caso de Blumenau, o alemão, que não deve ser tratado como língua estrangeira, mas sim como segunda língua, ou como língua identitária. O contexto lingüístico da cidade com indivíduos bilíngües e o patrimônio cultural e lingüístico permitem que práticas lingüísticas vivas e concretas sejam utilizadas em sala de aula para efetivar o ensino da língua. Utilizando uma metodologia que parta da realidade do aluno e explore elementos da história e

cultura local, construindo pequenos diálogos, que se expandirão progressivamente, e transformando as próprias experiências lingüísticas dos alunos em livro didático, pode-se obter mais sucesso no aprendizado do que tem se observado até o momento. Neste caso, ao contrário do inglês, a habilidade a ser incentivada deve ser a fala, visto que a grande maioria dos professores são falantes de alemão como língua materna e, na comunidade, os alunos se defrontarão com situações reais de fala, já que a língua escrita deixou de ser cultivada com a repressão. Muitas outras estratégias pedalingüísticas poderão ser utilizadas em sala de aula.

Atualmente, a capacitação de professores tem estado a cargo da *Fachberatung für Deutsch in Santa Catarina und Paraná* – Coordenação do Ensino de Língua Alemã em Santa Catarina e Paraná. A coordenação é composta por um professor especializado em *Deutsch als Fremdsprache (DaF)* – alemão como língua estrangeira, que realiza seminários, encontros, cursos de aperfeiçoamento para professores de alemão com apoio do Instituto Goethe-Inter Naciones. Anualmente são realizadas provas para os alunos que terminam a 8ª série e o segundo grau, e aos aprovados é concedido um certificado reconhecido pelo Instituto Goethe-Inter Naciones. Material didático, como livros, fitas cassetes, slides é doado às escolas pela *Zentralstelle für das Auslandsschulwesen* – Órgão que administra as escolas e apóia o ensino de alemão no exterior - da Alemanha, que também subvenciona a coordenação.

O trabalho da *Fachberatung* é concebido sob a ótica do *DaF*, ou seja, o alemão é considerado como língua estrangeira para todos os alunos, enfatizando os hábitos e costumes do país de origem, de onde provém também o material didático.

Como outras disciplinas, o alemão recebe pouco ou nenhum apoio didático-pedagógico dos órgãos públicos em geral, o que contribui para que esta tarefa fique totalmente a cargo da coordenação da Alemanha e acaba por entrar em choque com a Secretaria de Educação do Município. A secretaria alega que, com a pedagogia adotada de alemão como língua estrangeira, não se levam em conta as especificidades históricas e culturais do município. A coordenação vinda da Alemanha é vista com desconfiança pela Secretaria de Educação e, às vezes, considerada como uma forma de “imperialismo” de países ricos aos países pobres, segundo palavras do então superintendente de ensino Sr. Jaime Bachmann¹². Dessa forma, há uma cisão entre as atitudes da secretaria da educação e da coordenação, obrigando os professores a tomar partido de um lado ou de outro.

¹² Conversa na Secretaria de Educação com o superintendente de ensino Sr. Jaime Bachmann, em janeiro de 2002.

Os professores, abandonados pela secretaria no que diz respeito à capacitação docente e apoio pedagógico, voltam-se para a coordenação, desconsiderando o patrimônio lingüístico e cultural da cidade, que deveria refletir na pedagogia adotada para o ensino do alemão em Blumenau. O coordenador, muitas vezes, desconhece a realidade sócio-histórica dos municípios catarinenses, que se estruturaram na lógica das políticas imigratórias. Muitos outros fatores devem ser levados em conta no que diz respeito ao ensino de alemão em Santa Catarina, como, por exemplo, dialetos falados pelos alunos em casa, a falta de acesso ao alemão padrão escrito e o preconceito contra a língua em virtude da campanha de nacionalização.

O ensino de alemão na rede pública municipal enfrenta ainda outros problemas, que colocam em risco sua continuidade:

- a) Tendência homogeneizante da política de globalização, que objetiva o pragmatismo das ações, desconsiderando a diversidade lingüística e cultural de um país como o Brasil;
- b) Falta de política lingüística para línguas alóctones, especificamente o alemão de Blumenau;
- c) Falta de uma proposta curricular que aborde questões histórico-sociais, culturais e identitárias/ideológicas para o ensino de alemão;
- d) Formação de professores, hoje não oferecida pela universidade local;
- e) Falta de pesquisas acadêmicas na área.

A concepção que vigora na administração pública atual é a mesma que extinguiu as escolas comunitárias na campanha de nacionalização: a eliminação de um problema. O fato de os professores se organizarem em associações e receberem apoio pedagógico da Alemanha, resultado da lacuna deixada pelo poder público, no que diz respeito ao ensino de alemão, leva a uma pedagogia que desconsidera a especificidade histórico-social de Blumenau, homogeneizando o ensino de alemão e acabando por ensinar mais uma língua estrangeira ao não levar em conta o alemão falado no lar e a história social e identitária do educando. No entanto, nenhuma alternativa é colocada em prática para solucionar este problema, e a opção que se coloca como menos complicada para a administração é a eliminação do ensino de alemão do currículo, responsabilizando os professores pelo insucesso.

O discurso da Secretaria de Educação e conseqüentemente direções de escolas sobre a diminuição do número de alunos nas aulas de alemão é a pedagogia adotada e a falta de empenho dos professores em atrair os alunos em uma grade curricular onde alemão concorre com inglês. A Secretaria de Educação estabelece um número mínimo de 15 alunos para formação de uma classe, o que muitas vezes dificulta a continuidade das aulas nas escolas.

É preciso levar em conta hoje que o alemão é língua minoritária no contexto nacional, como outras de imigração, e deve haver uma ação conjunta de professores, secretarias de educação, direções de escolas e coordenação em defesa do alemão como língua, parte da história, da cultura e da identidade de Blumenau e do Vale do Itajaí e seus habitantes. Atitudes políticas, portanto, decidem se o alemão permanece como disciplina na grade curricular ou se deve continuar seu processo de desaparecimento. Como mostramos nos dados das escolas, não é privilégio do município a diminuição do número de alunos. Por essa razão, não se pode responsabilizar os professores pelo fracasso. Ao agir dessa maneira, fecham-se os olhos para questões mais complexas. Por exemplo, o avanço “glotofágico” (Calvet) do inglês em detrimento de outras línguas e culturas. Nosso esforço deve ser no sentido de preservar a diversidade e a heterogeneidade que fazem parte do Estado de Santa Catarina e mais especificamente do Vale do Itajaí. A conseqüência desse processo de homogeneização pode ser o desaparecimento de línguas e culturas constitutivas das nações em questão.

Bastos (1996:31) é de opinião que a língua inglesa ministrada em nossas escolas de forma completamente acrítica, sem levar em conta questões ideológicas, conduz ao “sentimento de anomia, de descrédito nacional, que geralmente permeia a cultura de povos em desenvolvimento como o nosso”. A autora analisou empiricamente estereótipos contidos na educação nas aulas de inglês como língua estrangeira em alunos de classe média, com idade entre 15 e 18 anos, difundidos pela mídia, livros, filmes, revistas, livros didáticos e professores. A pesquisa aponta para uma mudança no controle do jogo de imagens entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. O que no colonialismo era garantido de forma direta, administrativa, hoje se dá através da indústria cultural e do desenvolvimento tecnológico, prerrogativa dos países ricos. O resultado da pesquisa é que o ensino da língua inglesa perpetua estereótipos de brasileiros e povos de primeiro mundo. Valores como a eficiência, a competitividade, o bom senso, controle emocional são atribuídos etnocentricamente aos últimos, que acreditam serem os únicos a possuí-los. Enquanto os brasileiros se vêem como preguiçosos, desonestos e ineficientes e apontam como possíveis

causas dos problemas econômicos do país a miscigenação racial, dificuldades históricas e políticas, desonestidade e outros. (Bastos, 1996).

Pode-se dizer que toda aprendizagem de línguas estrangeiras está impregnado de valores que configuram o imaginário dos estudantes. No caso do alemão em Blumenau não há como concorrer com o inglês na grade curricular, pois contra ele pesam toda a problemática e conflitos da questão imigratória. Ao se eliminar o alemão da zona urbana nas Campanhas de Nacionalização e empurrá-lo para a zona rural ocorreu a estigmatização da língua, que é vista na cidade como “língua de colono” ou “língua de velho,” num evidente preconceito social, além de lingüístico. Questões ideológicas dessa natureza impõem à língua e ao seu falante ilegitimidade, ao desconsiderar o alemão de Blumenau e o bilingüismo de seus cidadãos, expressos, às vezes, por um português diferente daquele considerado culto. É preciso deixar claro que à ideologia dominante interessa manter o preconceito e suas origens, impedindo representações que não são de seu interesse. Esta é mais uma razão para a defesa de uma nova concepção para o ensino de alemão em Blumenau. São fatores como esse que devem ser levados em conta na pedagogia da língua.

Bilingüismo/Plurilingüismo deve ser considerado na escola visando o desenvolvimento cognitivo e social da criança. Ao não fazê-lo, e encará-lo mais como um problema a ser eliminado e não como vantagens dos alunos a serem incentivadas e exploradas, as políticas educacionais acabam por excluir as crianças no que diz respeito à apropriação de uma das línguas em questão.

Sabe-se hoje que o Bilingüismo se revela uma questão mais complexa do que se pensava há alguns anos. Alguns estudos distinguem bilingüismo e bilingüidade, visto que o falante bilíngüe passa por vários estágios ao longo de sua vida e utiliza os dois códigos, de acordo com o estágio de sua bilingüidade. Dessa forma, podemos falar na relatividade do bilingüismo (Saviedra, 1994). L. Dabène distingue no nível das capacidades do bilíngüe, o *bilingüismo precoce* (línguas aprendidas simultaneamente e desde a primeira infância); *bilingüismo tardio* (quem aprendeu a segunda língua depois de ter aprendido a primeira); *bilingüismo residual* (quando se conservam somente algumas competências reduzidas); *bilingüismo equilibrado* (os níveis de competência são relativamente equivalentes); *bilingüismo dominante* (as competências são assimétricas: uma das línguas só é dominada no nível da compreensão). Fala-se em *bilingüismo aditivo* quando as duas línguas são valorizadas socialmente e a segunda língua constitui-se um benefício complementar para o aprendiz; e

bilingüismo subtrativo quando a primeira língua aprendida é desvalorizada pelo contexto social (L. Dabène, apud Serrani-Infante, 1998). Dabène ainda acrescenta que, com frequência, as línguas diferentes não são utilizadas nos mesmos contextos, mas seus usos são complementares.

O esforço das políticas lingüísticas educacionais deve ser de proporcionar às crianças bilíngües de escolas públicas o chamado bilingüismo aditivo, visto que estas crianças dificilmente terão acesso a cursos de línguas. Aprender português, juntamente com o alemão que é língua materna, constituir-se-á em um grande benefício para aprendizes oriundos de classes sociais menos favorecidas, geralmente da zona rural. É o caso, por exemplo, das escolas multisseriadas em Blumenau. Mas não só as escolas isoladas deparam-se com o problema de crianças bilíngües em seus quadros. Muitas das escolas municipais/estaduais nos mais variados bairros da cidade recebem alguma clientela nessas condições. Como contemplar, no sistema de ensino público, uma estrutura que leve em conta esta problemática?

Outro conceito abordado por Dabène diz respeito ao nível de consciência em relação à linguagem. Entre os cinco tipos mencionados por Dabène, está a consciência etnolingüística: relaciona a linguagem com a concepção identitária do indivíduo. Os outros tipos são: a) *consciência sociolingüística* (escolha da língua feita pelo indivíduo segundo seu emprego e utilização); b) *consciência da linguagem* (arbitrariedade); c) *consciência lingüística* (em situação de imigração, dificuldade em separar os dois códigos, resultando num falar misto); d) *consciência normativa* (a idéia que o locutor tem das formas corretas de uma língua, estimulada por fenômenos de “línguas em contato” com segundas línguas).

Além da abordagem sociolingüística, que relaciona a linguagem com o grupo social e a cultura que ele representa ou produz, há estudos de bilingüismo na área de Psicolingüística, Neurolingüística, Lingüística Aplicada e Análise do Discurso. Essa última aponta o bilingüismo ou mesmo a aprendizagem de línguas, como fundamental para formação da identidade do sujeito. O Bilingüismo, portanto, não pode ser analisado sem o prisma da interdisciplinaridade. As cidades do Vale do Itajaí constituem-se em campo fértil à pesquisa dessa natureza, que levem às soluções de problemas resultantes da política imigratória e da repressão às línguas maternas de imigrantes. Muito há ainda por fazer no sentido de diagnosticar geograficamente dialetos – alemães/italianos – e direcionar políticas públicas que contemplem na educação formal o bilingüismo/plurilingüismo da população do estado.

3. POR UMA POLÍTICA LINGÜÍSTICA DE VALORIZAÇÃO DO ALEMÃO E DA IDENTIDADE DOS TEUTO-BRASILEIROS EM BLUMENAU

Desde que hay historia, los hombres tomaron decisiones que afectaron el uso y la forma de las lenguas (Bein/Varela, 1998).

As línguas foram sempre ponto de arbítrio de decisões políticas ao longo da história, mas estas decisões tomaram perfis mais definidos com a criação dos Estados-Nação. Somente há alguns anos estas decisões têm sido tomadas conscientemente com a formulação explícita de Políticas Lingüísticas, levando em conta fatores como a imigração, a formação de grandes núcleos urbanos multiculturais e a consciência que as decisões sobre as línguas são questões políticas com amplas conseqüências no desenvolvimento nacional e regional, na construção das identidades coletivas, no intercâmbio comercial, científico e cultural e no desenvolvimento cognitivo individual. É por esta razão, que se há de lançar mão de disciplinas que relacionem as ciências da linguagem com outras ciências sociais e busquem dar soluções para estes problemas e acompanhem os processos de tomada de decisões.

A Política Lingüística consiste, pois, em decisões que partem da história do país – línguas da população nativa, migrações, modificações territoriais como seqüela de acordos, guerras civis e interestaduais, processos de descolonização e de integração supraestatal, presença de blocos hegemônicos – e que repercutem sobre a realidade lingüística, cultural, identitária e a integração econômica e social (Bein/Varela, 1998).

Para que uma Política Lingüística tenha êxito é preciso conjugar critérios científicos, informação sobre a situação real, realidade política e consenso democrático. Os governos federal, estadual e municipal devem desenvolver encaminhamentos próprios para dar condições de garantir mecanismos democráticos para modificar e corrigir as lacunas.

A planificação lingüística é o próximo passo do processo. Planificando e implementando ações é que se garantirá a efetividade da Política Lingüística. São decisões sobre a língua, as línguas e as práticas discursivas. A planificação lingüística consiste na gestão dos recursos (através de regulamentação de leis, determinação de objetivos, etapas e prazos, elaboração de currículos, materiais de trabalho, dicionários, glossários para a indústria e o comércio, instrumentos de avaliação, a formação, a capacitação e o aperfeiçoamento docente) e ações para promoção necessárias para se por em prática as políticas adotadas.

Uma Política Lingüística se define conforme seu âmbito de aplicação:

- a. O sistema escolar: neste âmbito as decisões afetarão a transmissão de línguas – o ensino do português como primeira ou segunda língua, o de línguas estrangeiras e indígenas e as habilidades a alcançar em cada uma delas (ler, escrever, falar, compreender) – e de um saber sobre a língua – aprendizagem por parte do aluno de uma metalinguagem e estratégias de reflexão e análises lingüísticas -, a interdisciplinaridade entre estes conhecimentos e as demais matérias dos currículos, a elaboração de materiais e métodos de ensino, a formação de docentes capazes de implementar os direcionamentos político-lingüísticos;
- b. A política social: visa à integração política e econômica dos vários setores sociais, o caso de imigrantes recentes, ofertas de curso de português como língua estrangeira, provas de nível de proficiência para estrangeiros, por exemplo o CELPE-Bras (Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros). Elaborado e outorgado pelo MEC – Ministério da Educação - é aplicado no Brasil e no exterior, sendo aceito, internacionalmente, por empresas e instituições de ensino como comprovação de competência em Língua Portuguesa.
- c. O desenho urbano: visa integrar as minorias (deficientes auditivos ou visuais, imigrantes), ou impulsionar o turismo, colocando placas, cartazes, sinais de trânsito e informações em espaços públicos.
- d. Comércio e indústria: visa à proteção do consumidor local no que diz respeito a línguas de manuais de instrução, etiquetas, bulas de remédios e outros.
- e. Comunicação de massa: órgãos específicos legislam sobre as línguas e registros da programação local.
- f. Âmbito burocrático: decisões sobre idiomas oficiais e do tipo de linguagem a ser utilizado nos órgãos estatais.

Dessa forma, para a formulação de uma Política Lingüística para a cidade de Blumenau, e eventualmente para todo o Vale do Itajaí, há de se levar em conta o plurilingüismo, seja pelas políticas imigratórias, como é o caso do alemão (padrão e dialetal), italiano (padrão e dialetal), polonês, russo e a proximidade com os países do cone sul, como é o caso da Argentina, Uruguai e Paraguai, no que diz respeito ao castelhano. Também não se deve restringir à zona urbana, pois é na zona rural, geralmente, que nos depararemos com

populações bilíngües, como é o caso das crianças falantes de alemão e polonês das escolas isoladas.

O estado de Santa Catarina foi um dos estados em que mais se fez experiências com colonos. Fixaram-se aqui, ingleses, romenos, poloneses, húngaros, russos, belgas, irlandeses e norte-americanos (Kühne, 1943). Disso resultou uma diversidade étnica, lingüística e cultural que não pode ser desconsiderada ao se definir políticas educacionais. A análise de representações sociolingüísticas que desempenham papel importante nos processos de mudança ou de resistência a mudanças torna-se essencial.

A Política Lingüística do Brasil, desde a colonização portuguesa, tem sido a de monolingüismo em português. No Brasil, falava-se, possivelmente, no século XV, cerca de 1078 línguas indígenas diferentes, que hoje estão reduzidas a pouco mais de 170 e muitas ainda correm risco de extinção. Em todo o país, falam-se hoje cerca de 200 línguas diferentes, entre línguas autóctones (indígenas) e alóctones (imigrantes) (Oliveira, 2000:84).

Com as correntes imigratórias no século XIX o lusitanismo passou a integrar um conjunto de problemas composto não só pelo desconhecimento da língua, mas também pela origem dos imigrantes.

Em razão disso, foram surgindo diversas variedades do português no território brasileiro. A imigração, e mais especificamente o bilingüismo, deixou alterações fonéticas, de entonação e lexicais no português. As línguas indígenas e africanas, por sua vez, contribuíram para o léxico.

Ao se eleger uma só variedade do português brasileiro como padrão resulta que as outras variedades faladas no Brasil são descaracterizadas e seus falantes estigmatizados.

A Política Lingüística, neste caso principalmente a educacional, deve considerar esta diversidade lingüística para que não haja exclusão social e econômica dessa parcela da população em virtude de falar o português de sua região.

Mais recente pode-se citar a influência do inglês supradialetal, fruto da mídia e da indústria tecnológica da globalização, sobre o português brasileiro, o que causou reações entusiasmadas em defesa da língua portuguesa, como o projeto de lei do deputado Aldo Rebelo (PC do B), proibindo o uso de idiomas estrangeiros onde haja o similar em português. No entanto, ao defender a língua portuguesa contra a influência “sem precedentes” de “estrangeirismos” – anglicismo, mais especificamente -, atinge as minorias lingüísticas do país, cerceando, ainda mais, o uso da língua materna dessas populações (Oliveira, 2002).

Apesar do componente esdrúxulo de um projeto de lei dessa natureza, atitudes como essa, nada mais são, do que reconhecer à língua seu valor político e social, é outorgar-lhe *status* e poder de representação de determinada etnia, povo ou nação, ameaçada com a invasão estrangeira. Tocar em questões lingüísticas é, em última análise, tocar em questões políticas, seja de dominação ou de resistência, com fortes reflexos identitários/ideológicos.

Até hoje, são tímidos os investimentos na área de Política Lingüística no Brasil e dependem mais da visão de um ou outro governante, como no caso da educação indígena. A escola, que se mostra como o espaço ideal para estas discussões, pouco tem servido para este fim.

Por que são importantes os projetos de política lingüística? Em primeiro lugar, porque estaria garantido *ad continuum* o direito das minorias no Brasil, e não sujeito à benevolência de determinados governos. Em segundo, porque estaríamos confrontando línguas e, portanto, culturas diferentes, colocando em evidência os conflitos e os problemas cunhados nessas relações e refletindo sobre questões que marcaram o contato entre duas ou mais culturas no Brasil, por exemplo, questões de cunho histórico-social ideológico, como no caso dos descendentes de imigrantes alemães em Blumenau. Afirmar que todos os conflitos que permearam as relações dos luso e teuto-brasileiros se dissiparam é um engano. A ideologia que cunhou o processo de imigração persiste ainda hoje, apesar de o alemão não ser mais “língua materna” dos cidadãos nascidos no Brasil. A língua alemã não mais é falada cotidianamente em Blumenau, passando à língua minoritária como outras de imigração. Contudo, observam-se no discurso dos alunos descendentes de imigrantes na escola sentimentos contraditórios do que é ser brasileiro ou ser alemão.

Por ocasião das duas guerras mundiais e de seus desdobramentos como as Campanhas de Nacionalização do Ensino em Santa Catarina, os descendentes de imigrantes foram obrigados a tomar posição em relação a um lado ou a outro. Essa atitude ocorreria não somente na esfera política, mas também na esfera lingüística. O alemão passou, dessa forma, a ser silenciado no contexto local, e o português predominou já que era língua nacional. O fato de o português ser incompatível com o alemão revelava implicitamente “ou você é brasileiro ou você é alemão”. Essa concorrência entre os dois idiomas levou ao desaparecimento do alemão como língua materna dos filhos de imigrantes (Berg, 1999).

Se outrora o alemão concorria com o português, sofrendo à força um silenciamento, agora concorre com o inglês na grade curricular como língua estrangeira. De certa forma, o

processo de silenciamento ainda persiste, colocando em cheque a identidade dos indivíduos das cidades do Vale do Itajaí.

Problematizar essas questões deve ser papel da escola e da sociedade e principalmente do poder público. Se as Campanhas de Nacionalização do Ensino os descaracterizaram como cidadãos brasileiros por falarem um idioma “estrangeiro”, o abandono do alemão para falar somente o português também não lhes outorgou cidadania.

A relação cidadania/imigrantes possivelmente possa ser explicada pela cultura escravagista do Brasil, que, como já dito anteriormente, reconhecia e valorizava o ócio, tratando aqueles que exerciam trabalho braçal, como inferiores. Primeiramente os negros e depois os imigrantes, que foram obrigados, muitas vezes, a firmarem contratos que os ligavam quase que definitivamente aos proprietários de terras, fazendo-os donos de uma dívida que jamais poderia ser saldada. Segundo Oberacker, o nobre que realizasse trabalho braçal perderia seus direitos e privilégios. Era o que estabeleciam as leis portuguesas vigentes no Brasil.¹³

Assim, se constituiu a marginalização do imigrante na sociedade brasileira: pelo trabalho braçal, pela religião protestante e, por último pela língua. Esta situação de exclusão a que foram relegadas algumas etnias no Brasil, como os índios, negros e, por último, os imigrantes nos faz refletir no futuro da nação brasileira. As políticas educacionais devem continuar sendo pautadas na exclusão? Que fazer para garantir a essas etnias a inserção na sociedade brasileira com direitos econômicos e lingüísticos/culturais? Que papel têm as políticas públicas neste contexto?

A cidade de Blumenau se insere neste contexto como um quilombo, para usar o termo de Calligaris (1996) que visava tão somente sua defesa e proteção. A concepção de cultura trazida da Europa garantia-lhes os fundamentos para construção de um lugar diferente da realidade nacional. Um lugar onde eles seriam cidadãos, que, de fato, era o que procuravam ao sair de seu país de origem. Daí a defesa da endogamia e a forte concepção de grupo que acabava por excluir os demais, principalmente pela língua.

¹³ K.H. Oberacker, *Bedeutung*: 176 apud Dreher, 1984.

3.1. Panorama da legislação

Não há nada na legislação brasileira que garanta o direito das minorias alóctones no Brasil. Falar em política lingüística implica investimento e valorização do que é diferente. Na Constituição brasileira de 1988 está definida no Art. 210 §2º, a língua em que deve ser ministrado o ensino no Brasil – o português – e é assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e sua aprendizagem.

O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem (Constituição brasileira, 1988, Art. 210, §2º).

No artigo 13 da mesma constituição define-se a língua nacional como sendo o português:

A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil.

Note-se que a constituição brasileira, mesmo sendo de 1988, ignora as línguas e culturas alóctones. Nada é mencionado com relação a essas línguas e etnias, que como se sabe, são partes consideráveis da população brasileira.

Aos povos autóctones é garantido ainda no artigo 231:

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Do não reconhecimento lingüístico e cultural das populações alóctones pela constituição de 1988, pode-se depreender que ainda vigora no Brasil a concepção de que somos um povo monolíngüe e monocultural, relegando à marginalização as minorias étnicas que convivem neste país.

Do lado da educação, após a reforma Capanema, que não vingou justamente por desconsiderar as diversidades culturais e lingüísticas, aprova-se, em 1961, pelo Conselho Federal de Educação, a lei 4.024, que dispõe sobre o ensino de idioma estrangeiro nas escolas brasileiras. E a lei 5692/CFE/71, que fixa as diretrizes e bases para o ensino de primeiro e segundo graus, sugere que seja incluído no currículo o ensino de uma língua estrangeira e delega de responsabilidade e interesse dos estados a oferta dessas línguas de acordo com a procura. Em seu artigo sete, afirma:

Recomenda-se que em Comunicação e Expressão, a título de acréscimo, se inclua uma língua estrangeira moderna, quando tenha o estabelecimento condições de ministrá-la com eficiência (Lei 5692/CFE/71).

Devido a críticas desse modelo monolíngüista é aprovada, pelo CFE, na Resolução 6/86, a obrigatoriedade de pelo menos uma língua estrangeira no segundo grau. O primeiro grau, que acabou ficando excluído dessa resolução, é contemplado no parecer 721/CFE/87, que dispõe:

Destacamos que nada impede do ponto de vista legal a multiplicidade de oferta [de línguas estrangeiras] para sistemas e estabelecimentos que a desejarem, desde que tenham recursos humanos, físicos e financeiros para tal.

Embasados na abertura da lei 5692, que descentralizou as decisões sobre quais línguas estrangeiras oferecer, começaram a surgir iniciativas e propostas de educadores em parceria com a Universidade, buscando alternativas para reverter a situação nada alentadora ao ensino de segundas línguas no primeiro grau. Foi a partir disso que foi criado, na Universidade Federal de Santa Catarina, um Projeto Piloto que visava a Reintrodução e Diversificação de Ofertas do Ensino de Línguas Estrangeiras no Primeiro e Segundo Graus da Rede Pública Estadual de Santa Catarina.

Foi através do Projeto Piloto que o alemão retornou à escola pública de Blumenau ao lado do inglês, que já havia assumido o lugar de preferência das escolas em língua estrangeira. Passou a ser disciplina opcional com o inglês e a fazer parte do currículo não só nas escolas estaduais como também nas municipais.

Os PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais –, em seu programa da Secretaria da Educação Fundamental, explicitam no currículo escolar a diversidade étnica e cultural brasileira. (MEC, 1997). Os pressupostos teóricos dos PCNs reconhecem que o sistema econômico e social constitui-se de maneira injusta, prevalecendo as manifestações de discriminação étnica e social não só nas escolas, mas na sociedade. O programa prega o respeito e a valorização à diversidade, deixando para a escola a responsabilidade desta tarefa (MEC, 1997). No entanto, muito pouco se vê concretizado nessa direção, e a tendência é o desaparecimento de línguas e culturas, silenciando, como tem acontecido até aqui, as populações indígenas, os negros e os imigrantes. Que reflexos teriam esta concepção no exercício da cidadania? De que modo poderiam estes grupos étnicos, oprimidos e espoliados durante tanto tempo exercer sua cidadania?

O que se pretende com políticas lingüísticas é propiciar a essas populações a oportunidade de conviver com o simbólico e o imaginário que os constitui como sujeitos parte

de um todo, convivendo, ao mesmo tempo, com sua especificidade e sabendo-se integrado a uma unidade maior. Esta atitude, que deve partir do poder público, estendendo-se mais tarde para a sociedade civil, outorga-lhes reconhecimento e valorização e os integra à sociedade como membros atuantes e participativos, sem ser preciso abdicar de sua identidade.

Na definição de Born (1993:706),

política lingüística é uma atitude política que se acentua nas últimas décadas no âmbito de uma ciência lingüística interdisciplinar, em cujo contexto são examinadas interdependências complexas, como relevantes aspectos políticos, históricos, de direito civil, jurídico-administrativo, sociológico e pedagógico, de um lado, bem como antropológicos, étnicos, nacionais, culturais e realidades lingüísticas, de outro, e descritas medidas concretas para fomento de desenvolvimento lingüístico.¹⁴

Segundo Touraine, ainda estamos longe do reconhecimento das minorias que hoje se julga generalizadamente como uma das principais apostas da democracia. “Em um plano político, o reconhecimento da diversidade das culturas conduz à proteção das culturas minoritárias” (Touraine, 1996: 169).

É certo que as diversas etnias que constituem nosso país têm direito a sua especificidade, como é o caso dos descendentes de alemães em Blumenau. Não se pode negar-lhes sua história e a partir disso a convivência com a cultura que os fundou como sujeitos.

A própria organização da sociedade local ainda se dá nos moldes do processo de colonização: a igreja assume papel não só espiritual, mas também na educação e na saúde. As maiores escolas particulares são vinculadas às igrejas católica e protestante. Os dois maiores hospitais do município também são ligados às duas igrejas.

A escola em Blumenau teria muito a contribuir ao constituir-se um espaço de discussão não só ensinando o alemão como língua identitária ou segunda língua, abandonando, portanto, a pedagogia de língua de mercado/estrangeira, e ao mesmo tempo colocando as crianças em contato com a sua diferença cultural e integrando-as, como cidadãos pertencentes a um só Estado. Acredita-se que só assim é possível enfrentar os conflitos que persistem nas relações entre brasileiros de diferentes etnias e conseqüentemente culturas. Este deve ser um esforço não só da disciplina de alemão, mas também de outras disciplinas do currículo. Os fatores de ordem subjetiva não podem ser desconsiderados neste caso, sob pena

¹⁴ Tradução minha.

de incorreremos no mesmo erro da campanha de nacionalização e da ideologia homogeneizante da globalização, apregoando, como tem sido feito até agora, que somos um só povo e falamos uma só língua. Estas relações são, por natureza, conflituosas e não devem ser abafadas mais uma vez.

Para isso, precisamos de vontade política dos governos municipal/estadual/federal, que teriam que investir em projetos de política lingüística e, em parceria com as universidades, desenvolver projetos para formação de professores, bem como leis específicas para o ensino de alemão que garantam a atuação dos profissionais já existentes nas escolas públicas do município e do estado.

3.2. O Projeto de Política Lingüística do Município de Blumenau

O Brasil, na busca de uma identidade própria e da plena democracia, necessita de políticas lingüísticas e educacionais que diminuam desajustes e distorções sociais existentes em nossa sociedade, causados por um conjunto de processos ideológicos, sócio-culturais e econômicos.

Como parte dessa dissertação de mestrado elaboramos e propusemos à Prefeitura Municipal de Blumenau um projeto para formulação de uma Política Lingüística objetivando a valorização e o reconhecimento da língua alemã em Blumenau, como elemento estruturante da cultura e identidade de seus habitantes. Buscamos apoio consultivo no IPOL – *Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Lingüística* – organização não governamental, com sede em Florianópolis sob a coordenação do Prof. Gilvan Müller de Oliveira¹⁵ para dar andamento às discussões com os professores da rede municipal de Blumenau. O projeto iniciou-se em agosto de 2002, com financiamento e apoio da Secretaria de Educação de Blumenau, que atende, dessa forma, a uma reivindicação do grupo de professores de alemão através de sua associação representativa – ACPA - Associação Catarinense de Professores de Alemão.

¹⁵ Também docente da Universidade Federal de Santa Catarina.

Foram realizados seis encontros até o fim do ano de 2002, dos quais resultaram em uma proposta político-lingüística para o município. No primeiro encontro, foi feito um diagnóstico dos problemas enfrentados pelo ensino de alemão nas escolas públicas do município e que acabam por refletir na prática pedagógica e no próprio prestígio do alemão na cidade. Participaram 16 professores municipais e estaduais.

Os problemas listados pelos professores podem ser divididos em cinco grupos:

- I. Formação de professores
- II. Preconceito histórico contra o alemão
- III. Definição do lugar das línguas no currículo
- IV. Definição do programa de ensino
- V. Criação de um grupo gestor que coordene ações para enfrentar os quatro itens acima.

No segundo encontro, realizado no dia vinte e três de agosto de 2002, foram discutidos cada um dos pontos acima, buscando estratégias para enfrentá-los. Assim temos:

I. Formação de professores

- a) Formar novos professores e garantir titulação para os que ainda não tem;
- b) Capacitar através do modelo *Ensino via Pesquisa*;
- c) Assegurar a continuidade da discussão e planejamento através de um novo projeto.

II. Preconceito histórico contra o alemão

- a) Tematizar a questão histórica da repressão ao alemão;
- b) Explorar intercâmbios com a *Partnerstadt* – cidade irmã -;
- c) Vincular o alemão a temas atuais;
- d) Reintroduzir o alemão no vestibular da FURB e UNIVALI/ACAFE

III. Definição do lugar das línguas no currículo

Propostas para garantir o alemão no currículo:

- a) Oferecer duas línguas obrigatórias (alemão e inglês);
- b) Introduzir cursos extracurriculares nas escolas em que o alemão está desaparecendo;
- c) Incluir o alemão na EJA – Educação de Jovens e Adultos – para completar as turmas;
- d) Possibilitar a divulgação da língua: televisão, rádio e jornal.

IV. Definição do programa de ensino

- a) Compartilhar visões sobre o ensino de línguas e práticas lingüístico-pedagógicas;
- b) Listar estas práticas e sua execução e efeitos;
- c) Avaliar.

V. Criação de um grupo gestor composto de oito pessoas, que terá como função:

- a) Pensar estratégias de Política Lingüística;
- b) Definir o âmbito da Política Lingüística (Blumenau+Vale do Itajaí);
- c) Criar um Conselho da Língua Alemã envolvendo outros setores da sociedade local.

Com a criação de um Conselho da Língua Alemã, formado por membros da sociedade civil, pretende-se o que antes era realizado pela igreja luterana, ou seja, incentivar, proteger e estabelecer estratégias para que a língua alemã recupere espaço e prestígio na comunidade.

Esta iniciativa estará a cargo do Grupo Gestor para formulação de uma Política Lingüística para o alemão, composto pelos professores de alemão do município, que passam assim a reivindicar a língua exercendo sua cidadania. O trabalho do grupo será voluntário.

Para tratar do tema da repressão ao alemão em Blumenau organizou-se um seminário – “SILENCIAMENTO LINGUISTICO: 65 ANOS DE REPRESSÃO À LÍNGUA ALEMÃ NO SUL DO BRASIL” - com professores que estudaram o problema em suas teses de doutorado: Cynthia Machado (UFSC), José Marcelo Freitas de Luna (UNIVALI) e Luiz Felipe Falcão

(UDESC/UNIVALI). O evento realizou-se no dia 13 de novembro de 2002 na Universidade de Blumenau e contou com apoio da Prefeitura Municipal/SEMED, FURB e IPOL. Esteve direcionado especificamente aos professores de história do município, que se pretende abordem a questão com os alunos da rede pública em sala de aula. O objetivo foi enfraquecer o preconceito que há contra a língua alemã em virtude da repressão, que passou a ser classificado como “língua de colono”, “língua de velho”.

Participaram 184 pessoas, não só acadêmicos de história e Letras, mas pessoas da comunidade interessadas no assunto, além dos professores de alemão. O seminário foi notícia no jornal local – Jornal de Santa Catarina - bem como no jornal da igreja luterana *Der Weg/O Caminho* e no informativo do Mestrado em Educação da Universidade – FURB. Opiniões de leitores do jornal vieram apoiar a iniciativa. O tema toca em questões relevantes para os teuto-brasileiros, que continuam a atuar nos dias de hoje.

Nas reuniões seguintes foram definidas as bases do projeto de Política Lingüística para o Alemão em Blumenau. Baseando-se nos diagnósticos e discussões com o grupo de professores de alemão desenvolvemos seis projetos, que se implementados, pretendem modificar o status da língua na sociedade e no sistema de ensino fundamental do município, revertendo em vantagens para a população da cidade.

- I. Normalização da Oferta de Línguas no Currículo Escolar;
- II. Projeto de Formação de Professores de Alemão;
- III. Escolas Bilíngües;
- IV. Programa de Ensino e Alemão;
- V. Cidades irmãs;
- VI. Conselho da Língua Alemã.

I. Normalização da Oferta de Línguas no Currículo Escolar

O ensino de LE nas escolas municipais se biparte entre o inglês e o alemão. Desde 1998 algumas escolas optaram por introduzir o sistema por ciclos de faixa etária. No momento, existem no município escolas totalmente cicladas, escolas que adotam tanto o ciclo quanto o seriado e escolas totalmente seriadas.

No sistema de ciclos o ensino de língua estrangeira inicia-se a partir dos nove anos. Cada escola, ao implantar o ciclo, já faz a opção pela LE a ser ensinada (alemão/inglês) que irá até os 11 anos. A carga horária é de três aulas (tempos) semanais de 48 minutos. Neste sistema há escolas que só oferecem alemão e escolas que só oferecem inglês. Não é possível, na estrutura em que está organizado o sistema de ciclos, o ensino das duas línguas simultaneamente.

Nas escolas seriadas o alemão ou o inglês inicia-se a partir da 5ª série. O aluno opta por uma das duas línguas na matrícula e cursa a língua escolhida até a oitava série. Nas duas primeiras séries iniciais a carga horária é de duas aulas semanais de 45 minutos e nas duas últimas de três aulas semanais também de 45 minutos.

Nas escolas que adotam os dois sistemas (ciclo/seriado), o ensino de língua estrangeira começa, como dissemos acima, a partir dos nove anos, no chamado 2º ciclo. Nesta fase a opção de LE (alemão/inglês) já foi feita pela escola por ocasião da introdução do ciclo. Terminando esta etapa, a partir da 6ª série o aluno pode optar pelo inglês ou alemão no sistema seriado.

O primeiro passo para normalizar a presença de línguas no currículo escolar é definir o papel desempenhado por cada uma delas no contexto social da cidade e na vida dos educandos.

Assim, a presença de três línguas – português, alemão e inglês – como obrigatórias na grade curricular da Rede Pública Municipal de Blumenau – parece ser a alternativa que melhor contempla a realidade existente. A presença das três línguas na grade curricular atenderia a lógicas diferentes, isto é, cada uma delas estaria presente por razões diferentes.

O português é a língua oficial do Brasil e língua majoritária no país. É nela que está expressa a principal produção intelectual do país hoje e é a língua que liga os cidadãos do Brasil a uma comunidade maior, a Lusofonia, constituída hoje por oito países;

O alemão é língua materna e língua do lar de uma parte dos alunos da rede municipal. É uma língua brasileira minoritária e foi língua majoritária em toda a região do Vale do Itajaí até 1945 e língua de intensa produção intelectual na primeira metade do século XX em todo o sul do Brasil. É língua identitária de boa parte dos cidadãos do município, e a língua histórica de Blumenau, na qual essa comunidade se estruturou como tal, além de ser uma importante língua internacional, oficial em 6 países e falada por cerca de 100 milhões de pessoas. Não se pode dizer que o alemão é língua estrangeira em Blumenau; muito mais, o alemão é hoje

segunda língua: sua lembrança impregna a memória coletiva e suas práticas linguísticas continuam presentes no município.

O inglês é a língua estrangeira mais importante do mundo nesse começo do século XXI, língua em que são expressas grande parte das inovações científicas e tecnológicas e língua veicular internacional amplamente conhecida e amplamente difundida.

Essas diferentes funções permitem entender a lógica do oferecimento obrigatório das três línguas: a lógica da sua presença é diferente e se relaciona com aspectos diferentes das necessidades cognitivas, culturais e profissionais dos cidadãos.

Dessa forma, deixa de existir descontinuidade no ensino das línguas, pois o aluno entra em contato com seu aprendizado ou já no 1º ciclo (português) ou a partir do 2º ciclo (alemão e inglês, além de continuar com o português) sendo que a partir daí as línguas estarão presentes até o final do 3º ciclo. Essa é a forma ideal para obter os melhores resultados em termos de proficiência e garantir o trabalho posterior de continuidade no ensino médio.

A implantação deste sistema dar-se-á de modo gradual, a médio prazo, e a medida em que houver formação de profissionais na área. Inicialmente será implantada em uma escola de cada uma das seis regiões. A Grade Curricular ficará assim compreendida:

Nas escolas seriadas a partir da 3ª série e nas escolas cicladas a partir da turma de nove anos até a 5ª série ou turma de onze anos na 1ª e 3ª semanas serão dois tempos (aulas) de 48 minutos de Língua Alemã e 1 tempo (aula) de Língua Inglesa. Na 2ª e 4ª semanas será o contrário, ou seja, dois tempos (aulas) de Língua Inglesa e 1 tempo (aula) de Língua Alemã.

Já de 6ª série ou turma de 12 anos a organização será a mesma, porém o inverso das semanas, para que os professores de alemão e inglês possam trabalhar simultaneamente com todas as turmas, proporcionando o oferecimento do mesmo tempo para as duas línguas.

Além da vantagem oferecida ao educando de aprender na rede pública mais línguas sem haver interrupção da aprendizagem simultânea, os cofres públicos também não serão onerados, na medida em que haverá, num primeiro momento, apenas uma redistribuição das cargas horárias dos professores, que deixarão de trabalhar em ciclos exclusivos (ou o 2º ou o 3º ciclo) para trabalharem com ambos, o 2º e o 3º.

A implantação do ensino concomitante de alemão e no inglês no 2º e no 3º ciclos será gradual, de maneira a permitir a avaliação dos resultados. O corpo docente atualmente contratado pela secretaria municipal de educação, no remanejamento das cargas horárias propostas, poderá se encarregar de parte desta expansão, mas não de toda, havendo a necessidade de contratação de mais professores nos próximos anos. Como a disponibilidade

de docentes de língua alemã licenciados é muito restrita, pretende-se implantar em Blumenau uma licenciatura em língua alemã para a formação de 50 novos professores de alemão, capacidade mínima para o atendimento das necessidades dos municípios do Vale do Itajaí.

Para dar início ao processo, apontaram-se seis escolas de diferentes bairros da cidade de Blumenau que ofereceriam as duas línguas a partir de 2003 ou de 2004. As seguintes escolas foram apontadas, levando-se em conta sua localização geográfica em regiões com grande número de falantes de alemão:

Região das Itoupavas – E.B.M. Anita Garibaldi

Região Itoupavazinha – E.B.M. Quintino Bocaiúva

Região Ponta Aguda/R.Argentina – E.B.M. Alice Thiele

Região Velha – E.B.M. Oscar Unbehaun

Região Centro – E.B.M. General Lucio Esteves

Região Garcia – E.B.M. Henrique Alfarth

II. Projeto de Formação de Professores de Alemão

Visando a preencher a lacuna de cursos de Letras/alemão que formem docentes para o ensino de alemão em Blumenau e garantam, assim, a demanda de profissionais para as escolas, surgiu o projeto de formação de professores de alemão. A Licenciatura em Língua Alemã será um curso com concentração em alemão como L1 (língua materna), L2 (segunda língua) e língua estrangeira, de maneira que os professores saibam trabalhar nos diversos contextos sociolingüísticos característicos da região do Vale do Itajaí.

Constitui-se em curso superior presencial, semi-presencial e não-presencial (parte em sala de aula de forma concentrada e parte à distância) que ocorrerá nas sextas-feiras à noite e sábados de manhã e à tarde, com etapas intensivas em janeiro (duas semanas) e julho (uma semana) totalizando uma carga horária de 3.200 horas/aula.

Poderão se matricular candidatos que tenham o ensino médio completo e fluência em língua alemã falada e eventualmente escrita. O curso não ensinará a língua alemã aos participantes, mas seu conhecimento é premissa para iniciar o curso, dada a existência de alunos potenciais falantes nativos de alemão no Vale do Itajaí. A estrutura curricular do curso será bilíngüe e o alemão e o português serão línguas de instrução.

O curso funcionará com a perspectiva de ensino via pesquisa, incluirá estágios didáticos de docência totalizando 400 horas, distribuídos pelo curso e exigirá a apresentação de trabalho monográfico de conclusão de curso (TCC).

O curso será executado pela Universidade Federal de Santa Catarina e financiado por um consórcio de municípios (Blumenau, Gaspar, Pomerode, Rio do Sul, Brusque, Massaranduba, Indaial e demais cidades interessadas do Vale do Itajaí) com verbas federais alocadas através da Lei do FUNDEF – Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental -. O corpo docente será o do Curso de Letras da UFSC e ainda corpo docente devidamente credenciado para a função, contratado em Blumenau e outras cidades. O aluno não terá custos significativos para sua participação no curso.

Entre as disciplinas específicas do curso constam:

Política Lingüística e Planificação;

Sociolingüística – Modelos de Bilingüismo;

Gestão e Docência em escolas bilíngües;

Metodologia de ensino de alemão como língua materna;

Metodologia de ensino de alemão como segunda língua;

Metodologia de ensino de alemão como língua estrangeira.

Além das disciplinas genéricas obrigatórias em um curso dessa natureza.

III. Escolas Bilíngües

Este projeto visa dotar as onze escolas isoladas/multisseriadas do município de legislação, capacitação docente e metodologia para o ensino bilíngüe alemão/português ou polonês/português, conforme for o caso. As escolas atendem uma população de 325 crianças, cuja língua materna de grande parte delas é alemão. Sete dos dezessete professores também falam alemão, mas não o praticam em sala de aula, abrindo mão assim de um importante instrumento para o letramento das crianças. Na Escola Isolada Municipal Carlos Manske 22 crianças são falantes de polonês. A metodologia bilíngüe deverá aproveitar a língua materna das crianças para sua introdução no letramento e realizar o processo de transição aditiva para a língua portuguesa. Será o primeiro sistema de escolas bilíngües não-indígenas no Brasil.

IV. Programa de Ensino de Alemão

As práticas de ensino da Língua Alemã da rede municipal de Blumenau deixa de se pautar pelos critérios ou fazeres do Alemão como Língua Estrangeira (Deutsch als Fremdsprache – DaF) e passa a trabalhar numa perspectiva de Segunda Língua (Deutsch als Zweitesprache – DaZ).

A escolha desse método se deve ao fato do alemão, diferentemente de outras línguas ensinadas na escola, a exemplo do inglês, ser uma língua ligada à história do município, viva na memória e em práticas lingüísticas concretas, falada cotidianamente em muitos bairros, e que carrega uma cultura própria.

A metodologia de Alemão como Segunda Língua pressupõe que o educando, de uma forma ou de outra, esteja imerso ou tenha um contato muito próximo com a língua a ser aprendida. Blumenau insere-se neste contexto, pois está enriquecida com um patrimônio lingüístico-cultural deixado pelos antigos imigrantes e seus descendentes. Uma parcela de seus habitantes são bilíngües (alemão/português), praticam hábitos e costumes teutos e a cidade possui uma grande produção literária, e não literária em língua alemã, interrompida a partir de 1937. É possível se observar no município uma lógica de organização nos moldes do processo de imigração tão marcante, que transcende os teuto-brasileiros, passando a ser incorporada por todos que aqui chegam.

O programa de ensino para língua alemã no município se fundamentará no patrimônio lingüístico-cultural disponível no município para viabilizar práticas lingüísticas, ou seja, transportar elementos de cultura e língua locais para a sala de aula e ensinar língua.

Nessa nova metodologia abandona-se, ao mesmo tempo, duas concepções de currículo: aquela que se baseia em uma lista de conteúdos e também aquela que tão somente pretende avaliar os resultados finais – também de uma lista de conteúdos - através de uma prova de proficiência.

A metodologia “Ensino via Pesquisa” nos permitirá entrar em consenso com o educando sobre os temas a serem abordados em cada trimestre e de que forma, sempre partindo da sua realidade e do seu interesse. Esta prática inclui visitas dos alunos às instituições como biblioteca, arquivo histórico etc, a fim de fundamentar a pesquisa aos temas tratados. O professor, por sua vez, deverá utilizar o material pesquisado para incluir o ensino da língua.

O programa passa a ser então um conjunto de práticas em constante mudança, variando inclusive de turma para turma de mesma idade, na mesma escola. E somente estará pronto no final de cada trimestre em forma de registros das atividades desenvolvidas no período. Torna-se muito mais dinâmico e estimula e valoriza o educando, que passa a atuar como agente do processo ensino/aprendizagem.

O professor ficará atento para que não haja uma cisão entre língua e cultura como acontece atualmente, onde a cultura é expressa sem a língua. Qualquer elemento de cultura será explorado para ensinar língua.

Os alunos trabalharão em pequenos grupos gerando uma nova distribuição na organização da sala, onde o professor passa a intervir somente quando solicitado pelos grupos.

O professor pode se utilizar também de Atitudes Demonstrativas, ou seja, fazer a análise do trabalho de um aluno juntamente com a turma, comentando, sugerindo, etc. Dessa maneira, cada educando refletirá sobre o seu, o que tem demonstrado ser mais produtor do que outras formas de correção.

A avaliação se dá, portanto, nesse contexto. O professor procurará avaliar o trabalho como um todo, atendo-se a todas as fases do processo.

Algumas sugestões para temas a serem abordados: nomes de ruas, visita à comunidade (história do bairro), personalidades locais e da Alemanha, material produzido por escritores alemães em Blumenau, nomes de lugares, restaurantes etc., peças teatrais no Centro Cultural 25 de Julho, palestras sobre a história de Blumenau, revistas em quadrinhos, cantos, brincadeiras, jogos, trazer Opa e Oma na escola para falarem alemão com os alunos. Trabalhar em conjunto com professores de arte e história, releitura de fotografias de pontos turísticos da cidade etc.

V. Partnerstadt/Cidade-irmã

Em pesquisa feita junto à secretaria de turismo de Blumenau, constatou-se que as cidades-irmãs de Blumenau são Osorno, no Chile, Petrópolis, no Rio de Janeiro, Campinas, em São Paulo e Bariloche, na Argentina. Não há nenhum decreto instituindo alguma cidade da Alemanha como parceira de Blumenau, apesar de fontes da secretaria de turismo afirmarem ser Weingarten, no sul da Alemanha. Osorno e Petrópolis são cidades de descendentes de imigrantes.

O grupo gestor para a Língua Alemã em Blumenau sugere a cidade de Mannheim, no estado de Baden-Württemberg, para firmar um convênio a fim de concretizar ações dessa natureza. A escolha se deve ao fato de Mannheim abrigar em sua universidade o Instituto da Língua Alemã (Institut der Deutschen Sprache), maior centro de pesquisas da língua alemã no país. Da cidade de Kirlach, perto de Mannheim, imigraram 65 alemães para Blumenau, segundo registros daquela cidade.

Convênios para estabelecer parcerias com cidades-irmãs não são atribuição da secretaria de educação, mas sim ações diretas do gabinete do prefeito municipal. Além da anuência do executivo local, é preciso iniciar correspondência e investigar o interesse com o executivo da cidade-alvo.

Além da Alemanha, outros convênios poderiam ser estabelecidos com cidades localizadas em países de língua alemã, como por exemplo, Suíça e Áustria. O objetivo de estabelecer convênios com a Alemanha ou outros países de língua alemã é a implementação de ações de intercâmbio que revertam em vantagens educacionais, principalmente lingüísticas para o município de Blumenau.

VI. Conselho da Língua Alemã

A execução dos projetos citados, juntamente com outros que surgirão das discussões, demandam uma entidade que ajude nos seus encaminhamentos e na sua administração. Esse é a razão da proposição do projeto da criação do Conselho da Língua Alemã de Blumenau.

O Conselho da Língua Alemã será um órgão colegiado, em que comissões específicas se posicionam sobre a política lingüística do município, em especial sobre a presença da língua alemã; normativo, expedindo resoluções que disciplinam a política lingüística do município; consultivo, emitindo parecer sobre consultas afetas à área, após aprovação pelo plenário; deliberativo, decidindo por maioria simples as matérias de sua competência; com caráter permanente, com composição definida, com tempo de mandato definido e que não se desfaz senão por determinação legal legitimada e, finalmente, com composição paritária, composto por representantes de entidades governamentais e não-governamentais. Sua posição será a de órgão adjunto às secretarias municipais de educação, turismo e ação social.

O Conselho da Língua Alemã terá por tarefa dar aos cidadãos, sejam ou não descendentes de alemães, a oportunidade de aprender a língua alemã e de usar o alemão que já

falam nos contextos sociais que desejarem, participando assim de um mundo mais plural, baseado sobre práticas lingüísticas bilíngües. Terá ainda a tarefa de ajudar na manutenção da herança cultural e lingüística do município para o benefício cultural, econômico e turístico de todos os cidadãos, aspectos do seu funcionamento a serem devidamente desenvolvidos no regimento interno.

O Conselho atuará em três campos principais: Educação, através das redes municipal, estadual e particular de ensino; Comunidade, através do apoio e da proposição de projetos à sociedade civil organizada e Intercâmbio Internacional, promovendo o fomento a oportunidades econômicas, turísticas e culturais através do contato com os países de língua alemã (Áustria, Suíça, Luxemburgo, Liechtenstein e Alemanha).

Membros do Conselho de Língua Alemã em Blumenau (Composição Provisória):

REPRESENTANTE	NÚMERO
Professores de alemão	3
Secretaria de Educação	2
Secretaria de Turismo	2
Fundação Cultural	2
Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Lingüística – IPOL	1
Bairros em sistema de rodízio	3
Associação Cultural 25 de julho	1
Federação das Associações de Caça e Tiro	1
Associação Comercial e Industrial de Blumenau – ACIB	1
Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB	1
4ª Coordenadoria Regional de Ensino da Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina – 4ª CRE	1

Consulado Honorário da República Federal da Alemanha	1
Instituto Cultural Brasil-Alemanha - ICBA	1
Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil - IECLB	1
Escolas Particulares	1
Mídia	1
Gabinete do Prefeito	1

O conselho da língua alemã terá o objetivo de coordenar a política lingüística do alemão no município.

A secretaria municipal de educação em reunião no dia vinte e cinco de setembro de 2002, no IPOL, solicita um projeto de Política Lingüística para toda a área da linguagem na rede pública em Blumenau.

Isso vem de encontro às propostas de Política Lingüística para o Alemão, pois, dessa forma, a discussão/definição sobre o papel/funções e presença das línguas no currículo se tornam mais amplas, facilitando as ações de redimensionamento do currículo escolar, como, por exemplo, a relocação de alguns professores que atuam simultaneamente com inglês e português.

Todos os seis projetos foram elaborados pelo Ipol e pelos professores de alemão do município e encaminhados no dia vinte e sete de novembro de 2002 à Secretaria Municipal de Educação para análise e eventual aprovação.

3.3. Identidade dos Cidadãos Descendentes de Alemães em Blumenau

Como se observa ao longo dessa dissertação a identidade dos teuto-brasileiros é constituída pela história e ideologia que cunharam os discursos da imigração e posteriormente as campanhas de nacionalização. A língua alemã é, por essa razão, parte constitutiva na

identidade desses indivíduos, pois foi através dela que eles se inseriram na realidade brasileira.

Nos discursos dos cidadãos descendentes de alemães em Blumenau afloram ainda conflitos resultantes da história trazida da Europa e transformada em 150 anos de Brasil. Pode-se falar aqui do que Rajagopalan (1998:42) chama de “identidade em mutação” ou em “fluxo”, ou seja, a dinâmica (re)construção da identidade frente a novas ordens e, sem dúvida alguma, investida de ideologia.

A chegada ao Brasil, uma terra estranha e diferente, o rompimento com a Alemanha, não-unificada e nacionalista, já constituiriam motivos suficientes para promoverem mobilizações e questionamentos na sua concepção identitária. No entanto, as situações que vivenciaríamos no Brasil, também iriam contribuir para isso: a relação com brasileiros de outras etnias, algumas delas de confronto, como no caso dos luso-brasileiros, relegando-os à condição de estrangeiros em seu próprio país; a primeira campanha de nacionalização do ensino de Vidal Ramos/Orestes Guimarães; a primeira guerra mundial (1914-1918); a segunda guerra mundial (1939-1945) e a segunda campanha de nacionalização de Vargas (1939).

Contudo, nas cidades do Vale do Itajaí, entre elas Blumenau, não se pode negar que a cultura, o modo de vida, as concepções ideológicas e o uso da língua alemã permeando esse processo, são marcas de identidade, impressas pelos imigrantes e seus descendentes.

Em última análise, discutir o futuro da língua alemã em Blumenau, seja na sociedade local ou no sistema de ensino público, nos remete à questão de identidade dos teuto-brasileiros. Daí a importância dos projetos de Política Lingüística, que permitirão a esses indivíduos uma reflexão sobre seu lugar na sociedade brasileira, levando em conta sua história, cultura e língua.

É fundamental que se iniciem discussões na cidade sobre o papel da língua alemã na comunidade. Desde a proibição da língua em 1939, muito pouco se fez nesta direção. O assunto parece ser “tabu” para os blumenauenses, que, nota-se, são reticentes em falar no assunto, alvo que foram de violências sofridas no passado por causa da língua.

Discutir a língua alemã em comunidade de descendentes de imigrantes reacende reações as mais diversas. Nos teuto-brasileiros percebe-se uma sensação de perda não-resolvida, deixando implícitos direitos lingüísticos e culturais espoliados. Os não teutos

relacionam a língua alemã ao racismo/nazismo, como aconteceu com os desdobramentos das duas grandes guerras, aventando a possibilidade de reavivar conflitos de outrora, com o incentivo à língua.

A questão da identidade pode ser analisada também sob o escopo da diversidade, naquilo que Todorov (1988) identifica em sua obra “Nós e os outros”, ou seja, o estudo de dessemelhanças a partir de unidades resultantes da individualização por contraste. Nesta dimensão situam-se as considerações sobre identidades lingüístico-culturais na área dos estudos da linguagem, precisamente a distinção entre “nós e os outros”, ou como aponta Rajagopalan (2000:1) os conceitos de *self* e de outro. Todorov aponta para o conceito de Língua Nacional como elemento significativo na abordagem da identidade lingüístico-cultural e se refere nessa obra à concepção de nação. Entre o modelo de nação que privilegia a “raça”, ou seja, o direito de pertencer a um determinado grupo, no qual se nasce e se permanece sempre, pelo “sangue”; e aquela na qual é estabelecido um contrato, onde os indivíduos concordam em pertencer a determinada nação por um compromisso, Todorov avança um terceiro conceito, que segundo ele, suplanta os dois primeiros:

A antinomia das duas nações pode ser superada se aceitarmos pensar a nação como cultura. Tal como a raça, a cultura pré-existe ao indivíduo, e não se pode mudar de cultura do dia para a noite (...). Mas a cultura tem também traços comuns com o contrato: ela não é inata, mas adquirida; e mesmo se essa aquisição for vagarosa, ela depende, no fim das contas, da vontade do indivíduo e pode dizer respeito à educação. Em que consiste sua aprendizagem? Em um domínio da língua, antes de tudo; em uma familiarização com a história do país, com sua paisagem, e com os costumes de seu povo de origem, regidos por mil códigos invisíveis (...) (Todorov 1988 apud Serrani-Infante, 1998:239-240).

É seguindo essa abordagem que tentamos desenvolver nosso estudo: a distinção indivíduo-grupo social, que tem fundamentado no estabelecimento de traços lingüísticos específicos, o reconhecimento mútuo de seus membros e a conseqüente exclusão de outros que não partilham das mesmas características. A identidade, portanto, de comunidades que partilham a mesma língua e cultura em contraste com outras, de línguas e culturas diferentes.

Todorov (1988:240) ainda afirma a respeito da cultura:

(...) a cultura não é necessariamente nacional (isso acontece só excepcionalmente): ela é antes o próprio da região, ou mesmo de entidades geográficas menores; ela pode também permanecer a um extrato da população excluindo os outros grupos do mesmo país; ela pode, enfim, incluir um grupo de países.

No entanto, apesar das definições de identidade e cultura aparecerem bem definidas, temos consciência que inúmeros outros elementos interagem nessas relações, resultando em

novas situações que, por sua vez, levam a transformações e evoluções contínuas. Como a língua está sempre em mutação, em fluxo, a identidade parece também seguir esse curso. As heterogeneidades, contradições, conflitos de ordem subjetiva e não-subjetiva parecem fazer parte do processo de constituir-se como pessoa, como indivíduo, uno e indivisível, e ao mesmo tempo pertencer a uma comunidade sócio-histórica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de Blumenau, bem como outros municípios do Vale do Itajaí, mostram-se relevantes para ações político-lingüísticas, que levem a reflexões no contexto local sobre o papel das línguas (portuguesa e de imigrantes) na comunidade e no sistema de ensino da rede pública e privada.

Analizamos a língua alemã como componente estruturante e essencial para a concepção da identidade dos descendentes de alemães, bem como reflexo de questões histórico-ideológicas no exercício da cidadania. O silenciamento lingüístico a que foram submetidos em uma determinada época no Brasil traz, nos dias atuais, ainda à tona, questões identitárias/culturais vivenciadas pelos descendentes de imigrantes alemães.

Buscou-se, em uma incursão pela história da imigração, explicar fatos que foram estopim dos conflitos entre os teuto-brasileiros, considerados “estrangeiros”, e brasileiros de outras etnias. Procurou-se problematizar questões de diversidade cultural, lingüística e religiosa e as ações do Estado Brasileiro frente às comunidades de imigrantes. Tentou-se evidenciar que a língua alemã foi o ponto central dos embates, já que foi através dela que os imigrantes se constituíram culturalmente resignificando os valores trazidos de suas regiões de origem. Por essa razão, a língua foi objeto de repressão no regime de Vargas.

Dos três pilares, sobre os quais se sustentou a imigração alemã no Brasil, a igreja luterana, a imprensa alemã e as escolas, enfatizamos a importância dessa última para os imigrantes e seus descendentes, o Sistema Teuto-brasileiro de Ensino, como ficou conhecido. A educação formal em Santa Catarina constituiu-se em instrumento de assimilação de populações de imigrantes, consideradas autônomas demais e, portanto, à deriva do controle estatal.

Ao desconsiderar a língua materna do imigrante em uma política lingüística de monolingüismo em português, muitos problemas aparecem hoje ainda como não-resolvidos na sociedade local e no sistema de ensino, como por exemplo, crianças falantes de alemão, que são letradas em português, a desvalorização do bilingüismo, a metodologia de alemão como língua estrangeira nas escolas públicas, que não leva em conta o patrimônio lingüístico cultural do município, o preconceito com o alemão falado na cidade e com o português falado pelos descendentes de alemães.

Discussões de Política Lingüística que contemplem esta problemática e implementem ações concretas nas áreas educacionais e sociais no município, tornam-se desafios para o poder público e para as políticas públicas como um todo. Propostas político-lingüísticas, pautadas em realidade de pluralidade lingüístico-cultural européia e sul-americana, vêm ao encontro de vários contextos brasileiros, inclusive o de Blumenau. Recomendamos, assim, a pluralidade lingüística e cultural para o contexto escolar, possivelmente com adequações no currículo e na grade curricular para cada micro-região do estado, levando em conta as realidades sociolingüísticas das regiões, no sentido de eliminar distorções econômicas, políticas e sociais deixadas pelo fechamento das escolas comunitárias alemãs e pelo silenciamento imposto a cidadãos brasileiros de origem germânica.

A manutenção da língua alemã no currículo escolar em Blumenau é fundamental para políticas educacionais que pretendam reconhecer, na busca da democracia, direitos lingüísticos – alemão como segunda língua/ alemão como língua materna/alemão como língua identitária ou mesmo alemão como língua estrangeira – de cidadãos brasileiros e levem a reflexões sobre práticas lingüísticas e pedagógicas, que dêem conta da problemática histórico-cultural dos educandos, garantindo, com isso, a inclusão desses brasileiros na sociedade nacional.

Este trabalho tentou analisar uma pequena ponta do iceberg que parece ser o processo das políticas imigratórias e da problemática enfrentada pelos teuto-brasileiros em Blumenau. Este, a meu ver, ainda é um campo aberto e inexplorado a pesquisas acadêmicas, que realizem um diagnóstico das realidades existentes e que sirvam de suporte para decisões de ordem política.

ZUSAMMENFASSUNG

Diese Arbeit erforscht den Zusammenhang zwischen der deutschen Sprache und der Identität der Deutschbrasilianer in Blumenau, Santa Catarina. Sie stellt historische Hintergründe der deutschen Einwanderung in Südbrasilien dar. Zunächst wird aufgezeigt, wie die Konstruktion der deutschbrasilianischen Realität von der deutschen Sprache geprägt wird, vor und nach der Nationalisierungspolitik des Regimes Vargas. Anschließend wird eine Analyse der Lage der deutschen Sprache im Erziehungswesen der Stadt und der aktuellen Probleme des Deutschen in den öffentlichen Schulen erarbeitet. Einzelne Fragen, wie zum Beispiel die Bedeutung des Schulsystems für die Einwanderer und auch die Rolle der Sprachen (Portugiesisch, Deutsch und Englisch) im schulischen Programm. Die vorliegende Arbeit erhebt die Forderung, daß die Städte im Itajaítal, unter ihnen Blumenau, eine Sprachpolitik entwerfen, die zur Diskussion über den Status der Sprache in der Gemeinde und auch im Erziehungswesen führt. Diese Diskussion und soziolinguistische Forschung sind eng mit Entscheidungen und konkreten Maßnahmen der politischen Repräsentationen verbunden. Nur so wird sichergestellt, daß Brasilianer von ihren staatsbürgerlichen Rechten Gebrauch machen können.

Schlüsselwörter: 1. Deutsche Sprache – Brasilien – Santa Catarina. 2. Identität. 3. Deutschbrasilianische Schulen. 4. Sprachpolitik.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTENHOFEN, C. V. (1996). *Hunsrückisch in Rio Grande do Sul: ein Beitrag zur Beschreibung einer Deutschbrasilianischen Dialektvarietät im Kontakt mit dem Portugiesischen*. Stuttgart: Steiner.
- BARTH, Fredrik (1969). *Grupos Étnicos e suas Fronteiras*. In Teorias da Etnicidade, Poutignat, P. e Streiff-fenart, J. (1998), trad. de Élcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP.
- BASTOS, H.M.L. (1996). *Identidade cultural e o ensino de línguas estrangeiras modernas no Brasil*. In Ensino de língua inglesa: reflexões e experiências, Paiva, Vera Lúcia M. de Oliveira (org.), Campinas, SP: Pontes; Minas Gerais: UFMG.
- BEIN, R. e VARELA, L. (1998). *Bases para la determinación de una política lingüística de la Ciudad de Buenos Aires*. Trabajo elaborado para la Dirección de Currícula de la Secretaria de Educación Del Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires.
- BERG, H. S. (1999). *Discursividade de uma língua “estrangeira” que já “foi materna”*: o alemão de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP.
- BHABHA, H (1990). *Nation and Narration*. London: Routledge.
- _____ (1994). *Location of Culture*. London: Routledge.
- BLUMENAU, H. (2002). *A colônia alemã Blumenau: na provincia de Santa Catarina*. Trad. Annemarie Fouquet Schünke. Edição bilingüe. Blumenau: Cultura em Movimento.
- BORN, J. (1993). *Sprachpolitik*. pp. 706-711. Sem editora, s/ cidade.
- BORN, J. (1995). *Minderheiten, Sprachkontakt und Spracherhalten in Brasilien*. In: *Minderheiten in der Romania*. Org. Dieter Kattenbusch. Editora Gottfried Egert, pp. 129-158.
- BORN, J. (1998). *Sprachbewusstsein, Sprachpraxis und Sprachkompetenz: Teuto- und italo-brasileiros in Rio Grande do Sul*. In: *Ethnos e Comunità Linguistica: un confronto metodológico interdisciplinare*. Atti Del Convegno Internazionale – Udine 1996, pp. 201-226. Forum.
- CALLIGARIS, C. (1996). *Hello Brasil! Notas de um psicanalista europeu viajando ao Brasil*. São Paulo: Escuta (4^a. ed.).
- CALVET, L. J. (1997). *Las políticas lingüísticas (= Lengua – Lingüística – Comunicación)*. Buenos Aires: Edicial.

- _____ (1999). *Pour une écologie des langues du monde*. Paris: Plon.
- CÂMARA, L. (1940). *Estrangeiros em Santa Catarina*. Revista de Imigração e Colonização. I(4):656-8Q.No. 18 do IBGE, Rio de Janeiro.
- DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS LINGÜÍSTICOS – ONU – Barcelona, 1996. Disponível em < www.linguisticdeclaration.org>. Acesso em 16 de fevereiro de 2002.
- DUDEN, Deutsches Universalwörterbuch (1983). Bibliographisches Institut Mannheim/Wien/Zürich, Dudenverlag.
- DREHER, M. (1984). *Igreja e Germanidade*. São Leopoldo: Sinodal.
- ELIAS, N. (1939). *O Processo Civilizador*. 1º Vol. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1994.
- FALCÃO, L.F. (2000). *Entre ontem e amanhã: diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX*. Itajaí: Editora da UNIVALI.
- FIORI, N.A. (1995). *A formação de sociedade brasileira: questões de educação, etnia e nacionalismo*. Comunicação apresentada no VI Encontro Estadual de Supervisores Escolares em agosto de 1995: Florianópolis.
- FOUCAULT, M. (1988). *História da sexualidade I: A vontade de saber*, trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal.
- FREITAS, D. (2000). *Formas da Escravidão no Brasil*. In O Valor Simbólico do Trabalho e o Sujeito Contemporâneo. APPOA. Porto Alegre: Artes e Ofícios.
- FRIESEN, G. (2000). *Fritz Müller em sua contemporaneidade*. In Fritz Müller: Reflexões biográficas, Roquette Pinto, E. et. Alli. Trad. Valéria Mailer. Blumenau: Cultura em Movimento.
- GÖTTERT, H.D. (1999). *Da região do Mosel para o Brasil: A família Kreten-Götten da cidade de Föhren*. Beckingen: Saar. Tradução minha.
- KORMANN, E. (1995) *Blumenau, arte, cultura e as histórias de sua gente (1850-1985)* – vol. III e IV. Edição da autora. Apoio: Fundação Catarinense de Cultura.
- KÜHNE, João (1943). *Punhal Nazista no Coração do Brasil*. Florianópolis. Delegacia de Ordem Política e Social do Estado de Santa Catarina.
- LUNA, J.M.F. (2000) *O Português na Escola Alemã de Blumenau: da formação à extinção de uma prática*. Itajaí/Blumenau: editoras Furb e Univali.
- MAGALHÃES, M.D.B. (1993) *Alemanha, mãe-pátria distante; utopia pangermanista no sul do Brasil*. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP.

- MELMAN, C. (1992) *Imigrantes: incidências subjetivas das mudanças de língua e país*. Trad. Rosane Pereira. São Paulo: Escuta.
- MONTEIRO, J. (1979). *Nacionalização do Ensino em Santa Catarina – 1930/1940*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC.
- NOGUEIRA, R. A. (1947). *Nacionalização do Vale do Itajaí*. Biblioteca militar: Rio de Janeiro.
- OLIVEIRA, G. M. (2000). *Brasileiro fala português: monolingüismo e preconceito lingüístico*. In: O Direito à Fala. Moura e Silva (orgs). Florianópolis: Editora Insular, pp. 83-92
- _____ (2002). *Algumas considerações sobre o Projeto de Lei de Defesa da Língua Portuguesa do Deputado Aldo Rebelo*. Disponível em <www.ipol.org.br/artigos/leidedefesalinguaport.html>. Acesso em 24 de março de 2002.
- ORLANDI, E. P. (1990). *Terra à Vista! Discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez Editora.
- _____, E.P. (1988). *Política Lingüística na América Latina*. Campinas: Pontes.
- PASTORI, S. S. (2001). *O sintoma da migração: pensando o rompimento com o lugar de origem*. Disponível em <www.geocities.com/HotSprings/Villa/3170/EG>. Acesso em 19 de junho de 2001.
- PCNs – *Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural e Orientação Sexual*. Vol. 10 Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: Mec, 1997.
- PY, A.S. (1942). *A quinta coluna no Brasil*. Porto Alegre: Globo.
- RAJAGOPALAN, K. (2000) *A construção de identidades e a política de representação*. Conferência apresentada no II Encontro de Memória Social e Documento. Rio de Janeiro.
- _____ (2000) *The Politics of Language and the Concept of Linguistic Identity*. Conferência apresentada at The 7th International Conference on Language and Social Psychology, UK.
- _____ (2002) *Linguagem e Xenofobia*. Trabalho a ser publicado nos Anais do XLIX Seminário do GEL.
- _____ (1998) *O Conceito de Identidade em Lingüística: é chegada a hora para uma reconsideração radical?* In *Língua(gem) e Identidade: elementos para discussão no campo aplicado*, Signorini, Inês (org.), Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp.
- RAMBO, A.B. (1994) *Nacionalidade e cidadania*. In: Mauch, C. e Vasconcelos, N. (orgs.) *Os Alemães no Sul do Brasil*. São Leopoldo: Ed. Ulbra.

- REBELO, A. (1999). *Culta e bela*. Artigo publicado no jornal Folha de São Paulo em 29 de setembro.
- RICHTER, K. (1992). *A sociedade colonizadora hanseática de 1897 e a colonização no interior de Joinville e Blumenau*. Florianópolis: UFSC, Blumenau: FURB.
- SAVEDRA, M. M.G. (1994). *Bilingüismo e Bilingualidade: O tempo passado no discurso em língua portuguesa e alemã*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ.
- SERRANI-INFANTE, S. (1998). *Identidade e segundas línguas: as identificações no discurso*. In *Língua(gem) e Identidade: elementos para discussão no campo aplicado*, Signorini, Inês (org.), Campinas, S.P: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp.
- SEYFERTH, G. (1994). *Identidade Étnica, Assimilação e Cidadania – A imigração alemã e o Estado brasileiro*. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, no. 26, pp. 103-122.
- SEYFERTH, G. (1991). *Os Paradoxos da Miscigenação: observações sobre o tema imigração e raça no Brasil*. In *Estudos Afro-Asiáticos*, no. 20, pp. 165-185.
- SEYFERTH, G. (1981) *Nacionalismo e identidade étnica*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura.
- SILVA, J. F. (1988) *História de Blumenau*. Fundação Casa Dr. Blumenau, 2^a ed.
- _____ (1977) *A imprensa em Blumenau*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina.
- TAYLOR, C. (1089) *Sources of the Self: The Making of the Modern Identity*. Cambridge University.
- TODOROV, T. (1988). *Nous et les autres*. Paris, Éditions du Seuil.
- TOURAINÉ, A. (1996). *¿Podremos Vivir Juntos?* Fondo de cultura econômica de Argentina – traducción de Horacio Pons.
- TRAUER, E. (1994) *Alemão: Uma língua Estrangeira na Escola Catarinense?* Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC.
- VANDRESEN, P. (1983). *Línguas Européias*. In *Boletim ABRALIN*, Campinas: UNICAMP, pp. 112-125.
- VIANNA, O. (1935). *Os imigrantes germânicos e Slavos e sua caracterização antropológica*. In *Revista de imigração e colonização*, Ano I, nº. 1, p. 23-32.
- VOESE, Ingo. *Preconceito Lingüístico e Ideologia*. *Boletim Abralín* no. 17 – Mesa Redonda, pp. 52-54.

WOLFF, C. S. e FLORES, M. B. R. (1994) *A Oktoberfest de Blumenau: turismo e identidade étnica na invenção de uma tradição*. In: Mauch, C. e Vasconcelos, N. (org.) *Os Alemães no Sul do Brasil*. São Leopoldo: Ed. Ulbra.

ANEXO A

Lista de alguns nomes mudados por força da Campanha de Nacionalização em Blumenau - SC

Ontem (até 1939)	Hoje (2002)
Deutsche Schule Altona (1907)	E.B.M. Machado de Assis
Neue Deutsche Schule (1889)	Conjunto Educacional Pedro II
Wurststrasse	Rua 15 de novembro
Sociedade Teatral Frohsinn (1885)	Teatro Carlos Gomes
Schützenverein Itoupava (1877)	Clube de Caça e Tiro Ribeirão Itoupava
Schützenverein Itoupava Alto (1894)	Sociedade Esportiva e Recreativa Alto
Schützenverein Eintracht (1899)	Clube de Caça e Tiro Concórdia
Schützenverein Carolinenstrasse (1927)	Clube de Caça e Tiro Estrada da Carolina
Tatu Tiefe Schule (1903)	E.B.M. Visconde de Taunay
Specktiefe	Bairro da Glória
Beco Franke	Rua Goiás
Beco do Hospital	Rua Araranguá
Schützenverein Vale do Garcia (1859)	Sociedade de Atiradores Vale do Garcia
Jararakenbach	Ribeirão da Jararaca
Rua Hermann Hering Senior	Rua Floriano Peixoto
Alameda Dr. Blumenau	Alameda Duque de Caxias
Rua Wendeburg	Rua João Pessoa
Rua Gottlieb Reif	Rua Benjamin Constant
Rua Bruno Hering	Rua Tiradentes
Rua Augusto Muller	Rua Marcílio Dias
Travessa Krohberger	Rua Porto Alegre
Beco Otto Stutzer	Rua Indaial
Beco Rabe	Rua Timbó
Beco Meyer	Rua Camboriú
Beco Laux	Rua Itajaí
Beco Weise	Rua Rio do Sul
Beco Weise de Clemens Weise	Rua Rodeio
Beco Gude	Rua Laguna
Beco Brückheimer	Rua Tijucas
Beco Bernhard	Rua São Joaquim
Beco Willecke	Rua Porto União
Beco Passig	Rua Itaiópolis
Beco Michels	Rua Tubarão
Beco Berndt	Rua Jaraguá
Beco Wehmuth	Rua Imaruí
Rua Peter Wagner	Rua São Bento
Schützenverein Blumenau (1859)	Sociedade de Atiradores Blumenau
Schützenverein Jordan (1880)	Sociedade de Atiradores Garcia Jordan

Geselliger Verein Teutonia (19.03.1893)	Sociedade Recreativa Esportiva Ipiranga
Verein Gemütlichkeit (1894)	Sociedade de Atiradores Dr. Amadeu da Luz
Schützenverein Fidélis (1894)	Sociedade de Atiradores Fidélis
Schützenverein Passo Manso (1895)	Sociedade de Atiradores Passo Manso
Schützenverein Harmonie (1896)	Sociedade de Atiradores Harmonia
Schützenverein Itoupava Rega (1898)	Sociedade de Atiradores Itoupava Rega
Schützenverein Velha Central (1900)	Sociedade Esportiva Velha Central
Schützenverein Itoupavazinha (1907)	Sociedade de Atiradores Itoupavazinha
Schützenverein Fortaleza Alta (1911)	Sociedade de Atiradores Fortaleza Alta
Schützengesellschaft Neue Velha (1912)	Sociedade de Atiradores Velha Nova
Schützenverein Einigkeit (1916)	Sociedade de Atiradores União
Schützenverein Rafael (1916)	Sociedade de Atiradores Rafael
Schützenverein Oberer Rafael (1916)	Sociedade de Atiradores Alto Rafael
Schützenverein Weissbach (1916)	Sociedade de Atiradores Ribeirão Branco
Schützenverein Badenfurt (1926)	Sociedade de Atiradores Badenfurt
Schützenverein Warnow (1879)	Sociedade de Atiradores Warnow
Schützenverein Neue Breslau (1926)	Sociedade de Atiradores Nova Breslau
Schützenverein Pomerode (1930)	Sociedade de Atiradores Pomerode
Schützenverein Indaial (1875)	Sociedade de Atiradores Indaial
Schützenverein Testo Baixo (1914)	Sociedade de Atiradores Texto Baixo
Schützenverein Novo Stettin (1916)	Sociedade de Atiradores Novo Stettin
Schützenverein Salto do Norte(1926)	Sociedade de Atiradores Salto do Norte
Schützenverein G. Kameradsschaft (1933)	Sociedade de Atiradores D. Pedro I
Schützenverein Testo Central (1933)	Sociedade Esportiva Tiro ao Alvo Tiradentes
Schützenverein Ehr und Wehr (1935)	Sociedade Esportiva de Tiro Honra e defesa

A mudança de nomes de rua foi assinada pelo Prefeito Afonso Rabe, evocando o Decreto-Lei no 68, art. 5, do decreto-lei no. 1202, de oito de abril de 1939.

ANEXO B

Entrevista com Pastores da igreja evangélica luterana em Blumenau.

Primeira entrevista com o Pastor Dirceu em 26/06/02, na sede da igreja.

E: Pastor, que serviços a igreja evangélica oferece à comunidade em idioma alemão?

P.D: Nós não temos mais nada a ver com a Alemanha. Nós somos uma igreja brasileira e não queremos mais ser vinculados a Alemanha. A igreja faz parte de um movimento que surgiu na Alemanha com Lutero, mas a nossa igreja é brasileira. Nós não queremos mais ser alemães, somos brasileiros, falamos português, queremos ser caboclo, pular carnaval e gostar de futebol.

E: O senhor não fala alemão então?

P.D.: Falo alemão como hobby, mas nós somos brasileiros. A igreja não necessita mais de pastores que falem alemão e em algum tempo todos falarão português.

O alemão de Blumenau não é alemão. É muito difícil falar alemão em Blumenau. Eles não conseguem pronunciar o ü, ö etc. Sempre pronunciam errado, já tentei corrigir muitas vezes, mas não adianta. Nós não falamos alemão nem português. Uma vez me encontrei com pessoas do Espírito Santo que logo descobriram que eu era de Santa Catarina, pelo sotaque, por isso não sabemos falar português também.

Estive seis anos trabalhando na Alemanha e lá era ridicularizado por falar um alemão diferente. O alemão daqui não tem nada a ver com o alemão falado na Alemanha, aqui é mais um dialeto.

O outro pastor se nega a falar alemão e ser ridicularizado. A gramática alemã é muito difícil. 90% dos pastores da igreja luterana não falam mais alemão. É luxo ter um pastor que fale alemão na paróquia, não é mais objetivo da igreja falar alemão.

É ministrado um culto por mês em alemão na paróquia, onde a frequência é de 50 pessoas.

Em 1946 abriu a Faculdade de Teologia em São Leopoldo. Na época o ensino era ministrado em alemão.

A igreja luterana é tida como uma igreja “de ricos e de alemães”. Isso não é verdade, nós queremos ser uma igreja dos pobres também.

Eu sou caboclo, mesmo falando alemão. De origem, sou alemão, mas de alma sou totalmente brasileiro. Não tenho nacionalidade alemã, minha mulher tem e meus filhos.

Há um grupo de senhoras que se reúnem para trabalhos caritativos, o OASE, e há um encontro por mês em alemão. A OASE tem 100 anos no Brasil.

Na cidade de Blumenau há 13 pastores, dos quais 3 ou 4 fazem culto em alemão. A igreja tem 25.000 luteranos.

A Rádio União transmite culto em alemão às 7h45 todo domingo.

O alemão é o idioma internacional da teologia, é muito importante saber alemão. Pode-se ter acesso a uma literatura no original, sem tradução.

Meus filhos sabem alemão. Um faz engenharia mecânica, outra faz medicina e o alemão pode sem dúvida incrementar a carreira deles.

Frei Bernardo, da igreja católica matriz, reza missa em alemão e tem um padre alemão (da Alemanha) aqui na igreja do centro. Ele fala português com bastante sotaque.

Na paróquia da igreja evangélica centro todos os livros históricos são em alemão gótico. Tem um senhor que traduz, quando se precisa de algum dado, mas eu não sei até quando ele poderá fazer isso, porque ele já tem idade bastante. O alemão com certeza vai desaparecer em alguns anos.

E: No arquivo histórico também não tem ninguém que fale alemão!

P.D: Queremos ser cidade de tradição alemã, mas não temos mais condições. Queremos ser, mas não somos, não conseguimos mais ser. Tenta-se evocar essas tradições com fins econômicos, dá-se ênfase a outras coisas e a língua deixa-se de lado. Acho que a única saída é o ensino de alemão nas escolas públicas e particulares. Vamos ensinar alemão. Vamos falar alemão correto.

E: Essa iniciativa tem que partir de quem na sua opinião?

P.D.: Nós já temos alemão aqui no Jardim de Infância. Nós já começamos.

Mas, as seqüelas da segunda guerra são sentidas até hoje, os luteranos são mais retraídos. Na guerra nos diziam sempre: “Vocês são de segunda categoria. Fiquem aí falando alemão no seu

canto”. A igreja católica é grande, fica no centro e as evangélicas ficam todas escondidas. O bispo tem mais espaço no jornal e os pastores só um pedacinho.

Segunda entrevista com Pastor Reinaldo em 28/06/02 na sede da igreja em Blumenau.

E: O senhor fala alemão?

P.R.: Na igreja não é mais requisito que os pastores falem alemão. A maioria dos pastores não falam mais alemão. Eu não estudei alemão, então para mim é muito difícil pregar em alemão, eu não tenho condições para isso. É aqui no Sínodo do Vale do Itajaí que se preserva a tradição de fazer culto em alemão. E agora com a globalização é mais importante que se saiba inglês ou espanhol.

E: Então o senhor não fala alemão?

P.R.: Eu falo esse nosso alemão daqui, ou melhor da minha região (Palotina-PR) que é o Hunsrück. Minha língua materna é o alemão. Eu não gosto de pregar em alemão, mas de falar assim informalmente não tem problema nenhum. Uma vez fui fazer um culto na Itoupava Rega e falei em português. Então eles me disseram: *“Es war alles sehr schön, Herr Pfarrer, aber Sie hätten mal Deutsch sprechen sollen.”* Então eu perguntei: *“Haben Sie es verstanden?”* E eles responderam: *“Ja, ja.”* *“Dann, ist es alles in Ordnung. Der heilige Geist inspiriert mich nicht, wenn ich Deutsch spreche.”*, eu disse brincando, *“ich kann nur mit euch konversieren.”*

Na Itoupava Rega (Vila Itoupava) eles cultivam o alemão como se fosse um gueto, com um saudosismo! Parecem que querem reviver o passado. Mas também nunca saíram de lá, nunca viram outra coisa, têm os olhos um pouco fechados. Eles ainda dizem: *“Wir Deutschen, wir müssen uns zusammen halten.”* Eu até acho certo que eles fiquem unidos, mas é preciso olhar para outras coisas também. Lá tem dois pastores da Alemanha, que também não conseguem entender isso e disseram que tiveram que se adaptar a eles, senão não conseguiriam nada lá. Mas, qual é o tema do seu trabalho?

E: É justamente a defesa dos direitos do imigrante, como língua, cultura etc.

P.R.: Tem um teólogo na Faculdade de Teologia de São Leopoldo que escreveu um livro: Igreja e Germanidade e diz que um dos objetivos da imigração era branquear a população brasileira. O nome dele é Martin Dreher. Se você quiser, eu posso te arranjar o telefone dele. Talvez te ajude no trabalho.

E.: Quero sim, obrigada.

Terceira entrevista com Pastor Humberto, também diretor de escola, em 11/07/02 no Colégio.

E: Pastor, a escola tem alemão no currículo?

P.H: Não, nós temos alemão extracurricular e assim mesmo o número de alunos é muito reduzido. Cerca de 10 alunos de um total de 1550. Agora com a informática, internet etc, o inglês se tornou muito mais importante que o alemão. O inglês é língua internacional, o alemão não. E ainda por cima o inglês é muito mais fácil que o alemão. É uma língua muito mais simples.

E: A igreja luterana teve um papel muito importante na manutenção do idioma alemão na comunidade de imigrantes. Como isso é visto agora?

P.H: Nós não queremos mais ser relacionados com a Alemanha. Este vínculo entre igreja e língua alemã não pode mais existir. A igreja não pode ter mais a tarefa de defender a língua alemã. Uma vez eu estava fazendo uma pregação e chegou um grupo de pessoas que não eram da comunidade e eu estava falando alemão, quando percebi a permanência deles eu passei a falar em português. Você não sabe como eles ficaram contentes por serem bem recebidos por nós. Mas, logo que acabou a prece eu ouvi das pessoas presentes: *Herr Pfarrer, das werden Sie nie wieder machen, denn Gottessprache ist Deutsch und nicht Portugiesisch*. Quer dizer, só em alemão poderia se falar com Deus!

E: O senhor fala com muitas pessoas. Pode-se dizer que o alemão falado aqui é diferente?

P.H: Blumenau quer ser alemã só por causa do turismo. O alemão aqui não evoluiu, ficou estagnado. Mas eles falam *Hochdeutsch*, só que não declinam corretamente. Dizem por exemplo: *Ich gehe zu Hause. Für mir*, quando o certo é *für mich*. Mas isso é porque o alemão foi só falado durante muito tempo. E a campanha de nacionalização acabou desestruturando todo o sistema de ensino na cidade. Se eles fossem para Alemanha falando esse alemão daqui, teriam muita dificuldade. Também porque o alemão da Alemanha não é mais o mesmo, já é muito diferente, tem muitas expressões inglesas e francesas, mesmo a música já recebe influência do exterior. Agora se alguém disser aqui *barranke* todo imigrante vai entender, até mesmo quem fala *Hunsrück* ou *Platt*, mas na Alemanha não.

E: O senhor acha que o problema da língua se reflete no exercício da cidadania?

P.H: A vergonha que os alemães tiveram que passar por causa da língua tem resquícios ainda hoje. Os alemães têm culpa porque nunca quiseram se misturar com o povo daqui. Mas o alemão sempre teve um orgulho pela sua capacidade intelectual, pelo seu trabalho. Quando alguém assim se compara com outros povos, ele se sente superior. Por isso era uma sociedade fechada. E ao se comparar, veja bem, eu não quero dizer que ...é só na comparação, com os outros eles pensavam: Nós somos sim, superiores!

E: Como foi a história da repressão aos imigrantes? O senhor conhece algumas histórias?

P.H: Todos os pastores da igreja foram presos em Florianópolis. Queimou-se livros escritos em alemão. A história de fazer os alemães tomar óleo cru é verdadeira. A minha certidão de batismo e confirmação, também dos meus irmãos, só fomos achar depois de muito tempo, dentro da moldura de um quadro que tinha uma foto do corcovado. Quer dizer, teve que ser escondida. As crianças para existir tinham que ser batizadas na igreja católica, porque os luteranos não eram reconhecidos e não havia certidão de nascimento. Na porta da igreja em Dalbérgia, tinha uma inscrição entalhada em alemão e teve que ser raspada letrinha por letrinha. Nós morríamos de medo da família Ramos. Eu, quando criança e andava na rua morria de medo de encontrar alguém da família Ramos. O que diziam, era que eles queriam acabar com os alemães. Meus pais tinham vergonha de receber visitas que só falavam português, ficavam se desculpando por não saber falar. Mas, olhe o meu exemplo: os alunos aqui da escola têm orgulho de mim porque falo alemão. Quando vem algum estudante de fora

e eu apresento em alemão eles ficam maravilhados. Mas, se eu pergunto: você quer aprender alemão? Não tenho resposta. O alemão não é língua de comunicação internacional. O alemão é uma das línguas mais perfeitas que existem, é a língua da filosofia, da arte, da cultura, da teologia. Por esta razão é uma língua muito difícil. A gramática é muito difícil. Quando eu vim de Pomerode minhas crianças só falavam alemão e foram vistos como *ets* aqui. A linguagem dos botões *on/of* influencia muito. Se andar na Rua XV e ouvir um grupinho de jovens falando inglês, todo mundo admira, mas se ouvir um grupo de jovens falando alemão, não sei se a reação é de admiração. Também o alemão aqui foi acaboclado e acabou perdendo muito gramaticalmente. Há algumas semanas atrás, eu estava fazendo um culto em alemão na igreja do centro e entraram algumas pessoas na igreja, foi naquela semana que teve a maratona, por isso eu acho que eram turistas. Nós estávamos cantando e eu desci do púlpito vim até eles e disse: Este é um culto em alemão. Em português começa às 9h. Veja só que coisa, eu senti necessidade de me justificar porque estávamos falando em alemão e somos brasileiros como os outros. Eu não deveria ter feito isso, deveria ter continuado normalmente e quem quiser entrar que entre, quem quiser ficar que fique e quem quer sair que saia. Mas eu senti necessidade de me explicar!

Até 1989 todos os serviços eram em alemão. Para igreja católica foi mais fácil essa transição para o português porque eles rezavam missa em latim. Mas para nós, não adiantava falar português porque ninguém entendia. As igrejas luteranas também não podiam ter feição de templo não podiam ter torre, por isso foram construídas com fachada de casa e com somente dois pavimentos. São igrejas pequenas que com o tempo foram reformadas e ampliadas.

E: Pastor H. muito obrigada por disponibilizar seu tempo para esta entrevista.

P.H: Às ordens. Se você precisar de mais alguma coisa, me procure.

Obs: Os nomes são fictícios.

ANEXO C

SILENCIAMENTO LINGÜÍSTICO

*65 Anos de Repressão à
Língua Alemã no Sul do Brasil*



Coordenação:

Prof. Carlos Melchior Oliveira (LESL - IPOL)
Prof. Valério Mader (Sem. de Blumenau)

Palestras:

Prof. Dr. Carlos Macken (LESL)
Prof. Dr. José Felipe Feltes (LESL - UNIVALI)
Prof. Dr. José Magalhães Farias de Lima (UNIVALI)

LOCAL: Auditório do Bloco J na FURB
Rua Antônio da Veiga, 140 - Blumenau
DATA: 13/11/2002 às 19 horas
INSCRIÇÕES: no local, gratuitas.

PROMOÇÃO:

UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Centro de Ciências da Educação - Mestrado em Educação

Prefeitura Municipal de Blumenau

Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Lingüística - IPOL

Fone: (40) 934-8056 - www.ipol.org.br